

## COMISSÃO DE TURISMO

### AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2007.

Presidência do Sr. Vereador Théo Silva, Presidente da Comissão.

Às dez horas e cinquenta e três minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início a Audiência Pública da Comissão de Turismo, sob a Presidência do Sr. Vereador Théo Silva, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – Bom dia. Eu sou o Vereador Théo Silva. Na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Turismo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro; acompanhado do Vice-Presidente da Comissão, Sr. Vereador Carlo Caiado; do Vogal Sr. Vereador Stepan Nercessian, dou por aberta a 1ª Audiência Pública da Comissão Permanente de Turismo, com base no que preceitua o artigo 4º da Resolução nº 1.052, de autoria da Mesa Diretora, em conjunto com a Comissão Especial e Comissão de Justiça e Redação, que estabelece procedimentos especiais, prazo e prerrogativas em relação a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 25/2001, Mensagem nº 81, e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a política urbana do município instituindo o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”.

O artigo 4º da Resolução nº 1.052/06 determina que, a partir do dia 1º de janeiro de 2007 até o dia 30 de abril de 2007, as Comissões Permanentes da Câmara Municipal do Rio de Janeiro realizarão, obrigatoriamente, pelo menos, uma Audiência Pública sobre os temas que lhes são pertinentes no Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a presença de todos que só fazem enaltecer e abrilhantar esta Audiência Pública. Em especial gostaria de registrar a presença de autoridades da Imprensa, de representantes da Sociedade Civil, de ONGs e de diversas entidades. Nesta oportunidade, tenho a honra de convidar o Sr. Subsecretário de Turismo, Paulo Bastos, representando o nosso Secretário de Turismo, Ruben Medina; e também o Presidente da Riotur, Sr. Luiz Felipe Bonilha, para fazer parte da Mesa desta Audiência.

Aproveito, ainda, para comunicar que, até o dia 30 de abril, do corrente ano, a Comissão Permanente de Turismo estará recebendo as propostas, por escrito, que serão analisadas, sistematizadas e, posteriormente, encaminhadas à Comissão de Revisão do Plano Diretor.

Informo que a Mesa desta Audiência está constituída pelo Sr. Vereador Carlo Caiado, Vice-Presidente da Comissão Permanente de Turismo; Sr. Vereador Stepan Nercessian, Vogal da mesma Comissão. E proponho que o tempo que for destinado para aqueles que farão uso da palavra, esteja em torno de 20 minutos, tempo suficiente para que possamos discutir sobre os assuntos abordados nesta Audiência.

Quero iniciar a oportunidade de fazer uso da palavra, franqueando aos integrantes da Mesa, que são os dirigentes dos trabalhos.

Com a palavra, o nobre Vereador e amigo Vereador Carlo Caiado.

O SR. VEREADOR CARLO CAIADO – Bom-dia. Quero cumprimentar o Presidente, nobre Vereador Théo Silva e dizer que o Vereador Stepan Nercessian, pela honra que tem, já é o eterno Presidente da Comissão. Sempre brincamos que ele não precisa estar em Comissão nenhuma, porque ele estando fora já é como o nosso Presidente. Tenho certeza de que essa Audiência Pública será um sucesso para debatermos o que é mais importante para qualquer cidade do mundo, o turismo. Eu fiquei à frente, durante dois anos, da Comissão de Turismo, como Presidente, junto com outros Vereadores, e acredito que com esse Debate vamos ter oportunidade de esclarecer cada reivindicação, no sentido de ter uma cidade melhor, um turismo melhor. E a Cidade do Rio de Janeiro, como todos nós sabemos, é uma cidade que representa o turismo.

Senhor Presidente, agradeço a oportunidade para parabenizar a todos os senhores e senhoras presentes a este Debate tão importante. Senhor Presidente, se for possível, depois da palavra do Subsecretário Paulo Bastos, eu gostaria de fazer uso da palavra, porque tenho algumas reivindicações a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – Obrigado, Vereador Carlo Caiado.

Com a palavra, o nobre Vereador Stepan Nercessian.

O SR. VEREADOR STEPAN NERCESSIAN – Bom-dia. Peço desculpas aos presentes pelo atraso no início da nossa Audiência, que estava marcada para às 10 horas. Estamos começando com uma hora de atraso devido a alguns problemas.

Meu querido Vereador Théo Silva, Vereador Carlo Caiado, que fez um trabalho tão bonito, tão importante nesta Comissão nos últimos dois anos, e eu tenho certeza que este trabalho terá continuidade com o Vereador Théo Silva. Primeiramente, quero parabenizar todas as autoridades aqui presentes, ligadas à Secretaria de Turismo, porque as Audiências Públicas de outras Comissões aqui têm sido marcadas pela falta de participação de algumas Secretarias. Há casos gravíssimos, como foi a Audiência Pública da Secretaria de Educação, que não mandou sequer um representante aqui. Então, quero parabenizar a todos por estarem cumprindo esse papel importantíssimo, neste momento em que vamos votar o projeto mais importante do Rio de Janeiro, que é o Plano Diretor, cidade absolutamente vocacionada para o turismo. O Rio de Janeiro não é uma cidade de eventos. Não existiria nenhuma atividade turística em alguns lugares se não existissem eventos. O Rio de Janeiro, por si só, é um evento permanente, o que precisamos é de organização.

É evidente que estamos felizes, além de perceber a presença de vocês, pela valorização da Comissão de Turismo nesta Casa. Aqui, na época de escolha das Comissões, existe uma verdadeira disputa, por determinadas Comissões. A maior disputa é pela Comissão de Redação e Justiça. Essa disputa é feita de tal maneira que, muitas vezes, uma Comissão como a de turismo fica relegada ao segundo escalão nesta Casa. O trabalho que o Vereador Théo Silva fará, como o Vereador Carlo Caiado já fez, vai colocar essa Comissão com a devida importância. Eu espero que, daqui a alguns anos, essa Comissão seja

disputadíssima. Enfim, espero que essa seja a primeira de outras importantes Audiências Públicas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – Obrigado, Vereador Stepan Nercessian. Gostaria também de registrar as presenças dos nobres Vereadores Prof. Célio Luparelli e Vereador Charbel Zaib. Quero também registrar a presença do Sr. Alexandre Sampaio de Abreu, Presidente da SindRio, que é o Sindicato de hotéis, bares e restaurantes; do Tenente PM Plínio, representando o Cel. Luiggi, Comandante do Batalhão de Turismo; do Sr. Luiz Gustavo de O. Barreto, representando o Secretário Municipal de Transportes, o Exmo. Sr. Arolde Oliveira; do Sr. José Carlos Sá, Vice-Presidente da Riotur.

Gostaria de abrir esta Audiência Pública, concedendo a palavra ao nosso Subsecretário de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro, Sr. Paulo Bastos.

O SR. PAULO BASTOS – Bom-dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Quero agradecer aqui a presença dos meus colegas da Prefeitura; do pessoal da área acadêmica, dos pesquisadores e professores dessa área, representantes da indústria do turismo, do sindicato, da associação dos hotéis, dos representantes das comunidades envolvidas, interessadas na questão do turismo e que vieram participar dessa discussão. Por fim, agradecer também ao pessoal da Casa, que está ajudando a organizar esta apresentação.

O meu nome é Paulo Bastos, eu sou funcionário da Prefeitura e, atualmente, exerço a função de Subsecretário de Turismo. O Secretário Rubem Medina foi convidado para participar desta Audiência, concordou, marcou, saiu de casa para vir, mas, no meio do caminho, teve um problema, e me pediu que transmitisse aos senhores as desculpas dele e que fizesse a apresentação.

O nosso tema hoje é o Turismo e o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, que está em discussão nesta Câmara, a partir de uma proposta encaminhada pelo Poder Executivo.

Como preliminar, eu queria lembrar que o foco da nossa apresentação, hoje, no que diz respeito ao Plano Diretor, está dirigido para os instrumentos de Política Urbana que, como estão definidos no próprio Plano Diretor, são os instrumentos de regulação urbanística – o parcelamento, o licenciamento; os instrumentos de gestão – que estão definidos aqui como concessões, desapropriações, outorgas de direitos, quer dizer, outorgas do direito de construir. Enfim, são os instrumentos de Política Urbana definidos no Plano Diretor. Há também os instrumentos relacionados ao tombamento e à reconversão de uso de imóveis, que têm importância histórica e cultural; e há também, como instrumento de Política Urbana, o recurso aos incentivos fiscais, sempre limitados pelas questões de natureza orçamentária e de realização de obras públicas.

Então, segundo o Plano Diretor, esses são os instrumentos de Política Urbana, são cinco famílias, que estão desdobradas em vários itens. É sobre isso que vamos nos debruçar, hoje, aqui.

Por que eu estou falando sobre isso agora? O planejamento setorial, que está escrito ali embaixo, no *slide*, também é muito importante. Quer dizer, você ter um Plano Estratégico de turismo, um Plano para o desenvolvimento da

atividade setorial nessa área, que diz respeito enfim, à divulgação de serviços, é muito importante. Recentemente, a Secretaria de Turismo iniciou o processo de discussão de um Plano Estratégico de desenvolvimento da área turística, que chamamos de Plano Rio Mais, que os senhores sabem que é uma continuação daquele Plano Maravilha, que foi desenvolvido há cerca de 10 anos. Agora, ele está sendo revisto, está em discussão. Houve um lançamento, há até uns volumes para distribuir, de exemplares desse Plano Rio Mais, que é um Plano Estratégico Setorial de Ações que o turismo deve desenvolver para trabalhar melhor. Esse não é o nosso foco hoje. Nós vamos transgenciar essa questão do Plano Setorial, vamos passar por ela várias vezes, vamos focar em assuntos relacionados, mas não é o foco da nossa atuação. Hoje, a nossa discussão está concentrada nos instrumentos de ação da Política Urbana, que é de que trata do Plano Diretor.

O pessoal que trabalha com planejamento na Prefeitura – eu sou uma dessas pessoas – tem feito um esforço muito grande para evitar, como aconteceu em outros momentos, que o Plano Diretor acabe sendo uma coisa muito menos minuciosa, muito detalhista, muito ligada a essa ou aquela ação. Para uma determinada ação, existe um instrumento específico, que vai ser uma Lei, um Decreto, algum instrumento de Administração Pública. Nós não estamos querendo fazer o Plano Diretor o que aconteceu com a nossa Constituição, que ficou com 500 e tantos artigos e que regulamenta coisas que não são nem do plano legal, são do plano normativo mesmo e que ficaram congeladas na Constituição. O objetivo não é esse. O objetivo é ter um Plano Diretor enxuto e que se concentre nos assuntos de Política Urbana Geral, como uma ferramenta de ação do Poder Público na escala municipal.

Essa é a preliminar. Com certeza, vão surgir questões aqui relacionadas ao Plano Rio Mais. Eu estou preparado para discuti-las, mas eu convido os participantes a darem atenção a esse assunto importante, que é a Política Urbana, cujos instrumentos estão descritos ali neste primeiro *slide*.

E o Plano Diretor, como aborda essa questão da Política Urbana para o turismo? Definindo áreas de especial interesse turístico.

Esse conceito de área de especial interesse está sendo utilizado em vários setores dentro do planejamento e do Plano Diretor. Fala-se em áreas de especial interesse para serviços, áreas de especial interesse social, áreas de especial interesse de preservação ambiental, etc. Enfim, essa é a ferramenta que o planejamento territorial utiliza: define uma área importante para esse aspecto e aí procura concentrar as ações nessa área. Então, áreas de especial interesse turístico estão definidas no Plano Diretor como aquelas em que o município deverá estabelecer normas e controles especiais, visando a proteção e valorização de seu patrimônio turístico, por meio de investimento, incentivos e regulamentação de usos.

Eu coloquei ali na transparência, como referência, o artigo 107 § 4º do Projeto do Plano Diretor, porque era como estava na minha versão. Mas, eu peço desculpas se está diferente na de vocês. Acho que entrou um outro parágrafo ou artigo no meio e a remissão ficou perdida. Se não for o artigo 107, é o 106 ou o 108. Está por ali.

Então, vocês vêem que ali temos alguns conceitos para definir uma área, concentrar os esforços nessa área ou em várias áreas, com vários pólos, se

quiserem chamar assim, e, nessas áreas, devem-se estabelecer normas e controles especiais. Há um conceito muito importante ali, mais ou menos recente, que diz respeito à discussão sobre turismo na nossa cidade, que é a idéia de um patrimônio turístico.

Nós estamos acostumados a termos notícias aqui do patrimônio cultural, do patrimônio urbanísticos e do patrimônio ambiental, e agora – acho até que pela primeira vez – temos o conceito do patrimônio turístico como “um conjunto de bens materiais e imateriais que tem um valor para a cidade, como um patrimônio relacionado à sua História e às suas vocações”. Em grande medida, ele se confunde com os conceitos de patrimônio histórico, patrimônio ambiental e patrimônio cultural. Mas, merece ser visto também como um conjunto independente de bens e recursos físicos ou não, diretamente ligados ao turismo.

Hoje, a Prefeitura está cada vez mais – especialmente, na área da Secretaria de Turismo e na Riotur – desenvolvendo essa idéia de que a nossa função fundamental é proteger e valorizar o nosso patrimônio turístico.

Portanto, vou falar de uma política relacionada ao patrimônio turístico, à proteção e à valorização e não é propriamente uma coisa que vai acontecer. Não vou falar aqui de alguma coisa que nós pretendemos fazer. Vou falar de algumas ações que já estão em curso, que já estão em andamento e que se desdobrarão, com o tempo, dentro da Política de Gestão Pública. Então, vou me referir a ações da Prefeitura na criação de pólos multiplicadores distribuídos por toda a cidade e que têm a ver com Política Urbana.

Então, lembrando aqueles instrumentos da Política Urbana que nós vimos lá adiante, eu vou falar que nós estamos relatando a construção de novos equipamentos que são equipamentos de cultura, esporte e entretenimento e, conseqüentemente, de turismo, porque o turismo, ou melhor, o fomento ao turismo resulta de termos bons atrativos e de bons recursos nessa área de cultura, de esportes e de entretenimento.

Vou falar também da concessão de equipamentos para o investimento privado, que é também uma outra ferramenta fundamental para que a gente possa desenvolver o turismo na cidade, uma vez que a Municipalidade não tem condições de operar e investir tudo e operar porque o custo fiscal é proibitivo.

Vou falar do favorecimento de pequenos negócios no entorno desses equipamentos e de qualificação de pessoas para trabalhar melhor nesses equipamentos.

Então, agora, vamos olhar rapidamente as ações que remetem a essa Política Urbana voltada para o turismo e que estão em andamento nas diversas regiões da cidade. Não é uma relação exaustiva. Eu devo ter comido algumas moscas gordas aqui. Acho que esqueci alguma coisa, mas, certamente, é representativo da Política Urbana que está sendo implantada no Rio de Janeiro e, digamos assim, com alguma relação com a área do turismo.

Vamos começar pelo Centro Histórico. São exemplos de ações de Política Urbana envolvendo obras, concessões, etc., que ajudam a favorecer o turismo na área do Centro Histórico do Rio de Janeiro. Então, nós estamos falando aqui da reconstrução e a concessão do Circo Voador na Lapa, que se tornou um importante núcleo de atração, inclusive internacional, e que funciona como dinamizador de todo o entorno; a revitalização da Rua do Lavradio, onde foi feita uma obra do Rio Cidade, que favoreceu usos que até então ela não tinha,

inclusive com a construção daquela feira de antiguidades que se realiza na Rua do Lavradio no primeiro sábado ou domingo de cada mês; a reforma completa da antiga Sé, na Rua Primeiro de Março, uma obra que está em andamento, que deve ser inaugurada no dia 8 de março de 2008, como parte das comemorações do Centenário da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro – é uma obra de 10 milhões de reais, uma obra muito importante, tem um componente arqueológico, ajuda a proteger e valorizar o nosso patrimônio cultural e, conseqüentemente, também, o nosso patrimônio turístico.

Falar também da revitalização da Praça Tiradentes, com os teatros. Nós já tínhamos um teatro em funcionamento; o outro foi recuperado, que é o Teatro Carlos Gomes. Há outros centros culturais naquela região, diversos centros culturais que estão se articulando ali; hotéis sendo construídos, mostrando que a vocação turística de área veio para ficar. Nós temos um conjunto de obras grandes que está esbarrando em diversas dificuldades de natureza operacional mas que está seguindo, que são as obras do Projeto Monumenta, ali na área da Praça Tiradentes, das quais a mais cara, para nós do município, é a construção do novo Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, no Palacete que pertenceu à família do Visconde do Rio Seco, uma obra que está lá meio como “obra de igreja”, depende de dinheiro de fora, depende de prospecção arqueológica, mas está andando, graças a Deus.

A dinamização dos pólos turísticos, culturais e gastronômicos da área do Centro Antigo – eu destaquei três aqui. Um é o Pólo Novo Rio Antigo, que é um sucesso. O Pólo Novo Rio Antigo é a coisa mais auspiciosa que tem hoje em dia em termos de vida noturna, de vida cultural no Rio de Janeiro, na minha opinião. E está atraindo um número cada vez maior de visitantes nacionais e estrangeiros. Também me refiro aqui ao Pólo da Praça XV, que está em construção, mas já tem dinamismo, já tem motivação, mobilização. E vão se organizar, agora, mais ainda, com a questão dos 200 anos. E o Pólo de Santa Teresa, que é, talvez, o mais antigo desses todos e sobre o qual eu acho que nós vamos voltar a conversar em mais detalhes daqui a pouco.

E eu queria, também me referir a uma outra vertente de Política Urbana, que nem sempre é percebida mas que é muito importante, inclusive para o turismo, que é a política de integração na área de transportes. Então, hoje, graças ao trabalho da Secretaria de Transportes – eu acho que nós temos um representante deles aqui – nós estamos com resultados muito animadores em termos de integração metrô-áreas de interesse turístico. Eu me referi aqui a Santa Teresa, mas também temos isso na área do Silvestre. Você pode ir ao Silvestre, hoje, de ônibus, saindo da Integração Metrô. E diversos outros. Ao longo da apresentação, nós vamos ver que, em cada área, tem alguma coisa importante de integração do sistema de transporte, que ajuda o deslocamento do carioca e do turista também.

Na Zona Central, aqui, que eu estou chamando de periferia do centro histórico, aquela área em torno do centro histórico, nós tivemos uma grande intervenção de política urbana no ano passado, que foi a construção da Cidade do Samba, um equipamento de grande expressão em termos de seu potencial de dinamizar o entorno. A cidade já tem um programa de visitação que vai se expandir com o tempo. E nós estamos muito otimistas em relação a isso. Finalmente, o visitante que vem ao Rio de Janeiro tem alguma coisa para ver de Carnaval 12 meses por

ano. Doze, não, porque tem um mês que a Liesa tira férias; as escolas tiram férias, logo depois do Carnaval, agora. A gente até acha que eles deveriam deixar para tirar essas férias em outra época porque aqui ainda estamos na temporada, não é? Então, o turista chega, quer visitar a Cidade do Samba e não está conseguindo nesta época. Mas isso é uma questão de sintonia fina. A Cidade do Samba é um grande sucesso em termos de equipamento turístico. Além disso, nós estamos completando agora, concluindo a construção e concessão para a exploração privada do Centro de Convenções que se chama “Rio Cidade Nova”. Fica localizado ali na área da Cidade Nova, na área próxima a Prefeitura, que é um centro de média capacidade para até 3 mil pessoas no auditório e espaço de feira, se não me engano, de 15 mil metros quadrados. É uma área extensa e que vai encaixar muito bem na média escala dos eventos que o Rio de Janeiro realiza. Até agora nós tínhamos espaços adequados para pequenos encontros, pequenas feiras, em geral no próprio parque hoteleiro, e espaços também adequados para grandes eventos, grandes feiras, no Riocentro. E faltava alguma coisa de meia escala, que agora nós vamos conquistar a partir do começo de julho de 2007, quando se inaugura o Centro de Convenções da Cidade Nova e que já está contratado; foi um sucesso de comercialização. Então, nós estamos muito satisfeitos e temos certeza que esse centro vai dinamizar ainda mais a nossa atratividade. O Rio de Janeiro, vocês sabem, já é a principal cidade que atrai maior número de feiras e convenções nas Américas e nós vamos reforçar ainda mais a nossa posição com a construção desse centro, que está quase pronto.

Ainda nessa área temos a revitalização da Marina da Glória, um projeto polêmico como muitos que acontecem na nossa cidade. Acho que talvez a gente tenha oportunidade de discutir mais adiante, mas eu queria adiantar que com a revitalização, já foi feito isso sem nenhuma discussão. Já foi feita a ampliação da área de atracagem, o cais já foi duplicado em toda a extensão. Já temos condições de receber um número maior de barcos. Vai ser construída uma ponte, uma pequena ponte semelhante àquela que tem perto do Rio's, que reduz o atrito entre os carros que acessam a Marina da Glória e os pedestres que usam a pista do Parque do Flamengo, e pequenas outras intervenções que vão nos ajudar a transformar a Marina da Glória num equipamento ainda mais atraente. A Marina da Glória para nós é a jóia da coroa ali em termos de turismo. Ela tem uma atratividade enorme. Está se concluindo a construção do píer, que vai abrigar mais barcos ali. E no píer a gente espera ter um terminal específico e especializado para as escolhas para o turismo de cruzeiro, para não misturar com pequenas embarcações. Então, isso também é um ponto importante que a cidade está conquistando na área do turismo com a revitalização da Marina da Glória.

Revitalização da área portuária: Esse é um programa sobre o qual muito se falou. Há uma expectativa muito grande da cidade em relação a isso. Alguns obstáculos têm sido gigantescos, principalmente no que diz respeito à liquidez dos terrenos. A capacidade, a possibilidade de que os imóveis que compõem a área portuária venham a mercado. Esses imóveis, hoje, a grande maioria deles, 90%, pertencem diretamente ao Governo Federal ou a empresas controladas pelo Governo Federal: Docas, Rede Ferroviária, Banco Central, Ministério da Fazenda e etc, e por diversas razões, se aparecer alguém querendo comprar aquele terreno ali, não pode ser vendido. Então, se não pode vender o terreno, é

difícil fazer a renovação da área. Mas mesmo assim, passos importantes têm sido dados. A Prefeitura tem conseguido adquirir alguns terrenos. Adquirimos o chamado Pátio da Marítima, onde foi construída a Vila Olímpica da Gamboa e também a Cidade do Samba. Adquirimos também o Armazém antigo da Cibrazem, onde vai ser construído agora – está em fase de contratação – aquele novo Aquário Oceânico do Rio de Janeiro – Aquário, que é um projeto também privado, que a gente espera poder realizar num horizonte de três a quatro anos. E também tem uma perspectiva agora de se construir finalmente a Estação de Passageiros do Turismo de Cruzeiro, porque hoje em dia o Rio de Janeiro se firma como principal porto de navegação de passageiros e de turismo náutico no Atlântico Sul, mas a infra-estrutura ainda é muito limitada. A gente tem pena do turista que desembarca na Praça Mauá pelos problemas de infra-estrutura que ainda subexistem naquele local. Mas já está tudo certo e espero que esse ano agora já comece a construção da Estação de Passageiros no Armazém 4 ou 5 – acho que começa no 4 e depois expande para o 5 – com um terminal de integração com ônibus e automóveis no outro Armazém que se chama Externo A, que fica do outro lado da Av. Rodrigues Alves.

Então, esperamos que com essa combinação de dois Armazéns, o Rio de Janeiro possa ter uma infra-estrutura para a movimentação de passageiros de navio.

Então, somando a Cidade do Samba com a Estação de Passageiros, com o Aquário e com a Vila Olímpica da Gamboa, a nossa expectativa é de que realmente aquele projeto de revitalização da área portuária possa seguir adiante. Lembrando sempre que o essencial, o fundamental é que o Governo Federal e as suas empresas controladas consigam trazer a mercado, desembaraçar de gravames, essencialmente é um problema de desembaraço de gravames esses terrenos que são da sua propriedade e que estão lá amofinando e desabando e até umas com valor histórico discutível.

Integração de sistema de transporte, também eu sempre vou fazer referência a isso, no caso dessa região houve um grande avanço, eu acho, eu pessoalmente sou usuário, da integração Metrô/Rodoviária. Hoje você com um tíquete só pega o Metrô em qualquer estação e desembarca na Rodoviária, isso é ótimo, é seguro, é confortável e tem ajudado muito, nem tanto o turista, mas o próprio carioca que quer se deslocar para viajar no fim de semana. Aliás, eu queria fazer um comentário rápido. Eu descobri outro dia que o foco da política de turismo não é apenas o turista; é um negócio que a gente chama de “turioca”, uma mistura de turista com carioca. Porque qualquer equipamento de turismo chamado turístico do Rio de Janeiro que você for num dia de semana ou em um fim de semana e for contar a maioria das pessoas que estão lá são cariocas. A maioria dos consumidores dos nossos equipamentos turísticos, são cariocas. Vai à passarela do samba durante o Carnaval e faz uma pesquisa e se verá que a maioria é carioca. O consumo do carioca, o interesse do carioca é que dá a massa crítica para a indústria do turismo. Então, nós não estamos falando aqui de uma política que beneficia os outros, nós estamos falando essencialmente de uma política que beneficia o carioca, ou essa figura estranha que é o “turioca”.

Na Zona Sul relacionei uma lista de seis ou sete intervenções. A construção dos quiosques na orla oceânica é um projeto que se arrasta há



diversos anos, tiveram diversas dificuldades de natureza legal, contratual, trabalhista e etc., Ministério Público e finalmente se deslindou.

Nós estamos hoje com os primeiros quiosques instalados, esta funcionando muito bem, é muito bonito. Estamos começando com diversos programas como alimento seguro, qualidade de atendimento. E agora eles têm bandeira como tem lá o Bar Luiz, a Nestlé, tem o Flamengo. Então tudo isso ajuda a transformar aquilo numa atração a mais, é um exemplo de Política Urbana voltada para o turismo. A revitalização da Lagoa Rodrigo de Freitas que hoje é um dos lugares que mais atraem visitantes. Nós estamos envolvidos junto com a Secretaria do Meio Ambiente num projeto muito bacana de ecoturismo no Parque da Catacumba que vai se somar a essa dinamização do entorno da Lagoa, onde já temos os quiosques, o Parque dos Patins, onde tem muita coisa interessante acontecendo lá. Os pólos culturais e gastronômicos que essa mobilização das pequenas e médias empresas do entorno dos pontos de atração está funcionando muito bem: no Leblon o pessoal da Cobal Leblon, na Praça General Osório, na Rua Jangadeiros, o quadrilátero do Charme de Ipanema que foi um dos pioneiros e o Pólo de Botafogo já tem se organizado bem; tem até central de compras que está indo muito bem, inclusive fazendo campanha para direção segura. É uma parceria que para nós vale ouro, pois significa uma porta aberta para que o pequeno e médio empresário que é quem participa do pólo possa usufruir também dos benefícios do turismo.

A revitalização do Jardim de Alah é uma obra que toda hora muda de figura porque: vai ter quebra-mar, não vai ter quebra-mar, vai ter isso não vai ter aquilo, mas de qualquer maneira nós estamos fazendo a obra de reconversão e esperamos devolvê-la para a cidade com o valor que o Jardim de Alah tem. A dinamização da rede municipal de teatros e centro culturais que foi uma coisa muito importante que aconteceu nos últimos anos e que devolveu para a cidade a Sala Baden Powell para termos finalmente uma casa especializada em Bossa Nova no Rio de Janeiro. E a integração do sistema de transporte no caso Metrô, Leblon e Gávea. Esse foi o primeiro sistema de integração que apareceu, é muito importante para o turista. A gente vê muito turista nesta linha e o próprio carioca que quer sair de noite para ir à Gávea e pega o Metrô para ir até lá. Tem funcionado muito bem e estão muito satisfeitos com essa solução proposta e implementada pela Secretaria de Transportes.

Na Zona Norte vou destacar um negócio importantíssimo que é a construção do Estádio Olímpico João Havelange no Bairro do Engenho de Dentro. A obra está terminando. É o tipo de ação de Política Urbana que tem efeitos pedra no lago, quer dizer, aquelas ondas de transformação. A construção do estádio já está quase completa. Ele vai ser inaugurado nos Jogos Pan-Americanos. A Legislação Urbanística para o entorno foi toda revista, de maneira mais tolerante, favorecendo a diversificação dos usos, favorecendo a intensificação do uso daquela área, que tem enorme potencial, ainda mais porque é servida por uma linha de estrada de ferro que está sendo, também, metrolizada, como eles chamam. Está sendo transformada na sua característica de operação, e passará a funcionar como um metrô, aquela linha lá da Central.

Além disso, há uma expectativa de que, já a partir do próximo ano, o Comitê Olímpico Brasileiro comece a construir ali nos galpões preservados da Rede Ferroviária, o seu Centro de Desenvolvimento de Talentos Olímpicos, o

que trará gente de todo o Brasil para treinar ali. O que já nos sugere a construção de uma rede de hospedagem domiciliar no entorno, para que famílias possam acolher esses jovens que virão do Brasil inteiro, para treinar no Centro de Desenvolvimento de Talentos do Comitê Olímpico.

Então, essa é uma situação em que um investimento, uma obra, um equipamento tem um efeito multiplicador, favorável, no entorno. Esperamos que num horizonte de três ou cinco anos mude a cara do Bairro do Engenho de Dentro para melhor.

Além disso, houve outra ação importante desenvolvida pela Prefeitura, em conjunto com outros órgãos públicos e privados, que foi a revitalização do Aeroporto Internacional Tom Jobim, a partir de uma melhor distribuição dos vôos entre os aeroportos. É uma história complicada também e acho que a maioria dos senhores conhece, mas que hoje em dia favoreceu o Rio de Janeiro. Já indícios, na nossa grade de vôos, de que melhorou a sensibilidade do visitante brasileiro, que vem de outros estados ao Rio de Janeiro, em função das mudanças que foram feitas na grade de vôos e na revitalização do Aeroporto do Galeão.

Pólos culturais e gastronômicos: Anotei aqui nesta área e na Tijuca. Há outros em organização.

Outro equipamento que tem enorme desdobramento em termos de política foi a construção do Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga, trazendo para dentro do Pavilhão de São Cristóvão a Feira de São Cristóvão, que é tradicional. Outro dia me disseram que é o equipamento turístico de maior volume de visitação no Rio de Janeiro. Vai mais gente à Feira de São Cristóvão, do que vai ao Corcovado e ao Pão de Açúcar juntos! Então, vão dizer: “Mas ali não são todos turistas!” Realmente, a maioria lá é carioca. Mas é um equipamento turístico. É um equipamento que atrai e, com o tempo, vai atrair mais ainda. Temos organizado os primeiros *funtours*, passeios de familiarização com os agentes de turismo e há um número crescente de operadores levando visitantes ao Centro de Tradições Nordestinas. Isso vai melhorar com o tempo.

Anotei também a construção do Centro Coreográfico na Tijuca, que nos trouxe também referência em termos de *ballet*, de música e de arte clássica e contemporânea.

Na área da integração do sistema de transporte, que como eu disse é muito importante, tem uma ligação do Metrô com toda aquela Região do Grajaú, a partir da Estação da Tijuca, e também a linha que leva para Del Castilho, Shopping Center Nova América, Fundão, Cidade Universitária, o que facilitou muito a movimentação de cariocas e de visitantes na área da Zona Norte.

Na área da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, principal pólo de investimentos nos Jogos Pan-Americanos, no Programa Pan-Americano, é onde vamos ter maior legado de equipamentos que serão, em seguida aos jogos, mobilizados para valorizar a cidade. Temos ali a concessão e a modernização do Riocentro que, finalmente, vai ganhar seu ar-condicionado integral em todos os pavilhões, vai ganhar um novo pavilhão de acesso e vai ter uma modernização de sua infraestrutura. Então, o Riocentro pula de patamar, como equipamento turístico importante para a Cidade do Rio de Janeiro.

Temos a construção da arena olímpica multiuso, que ainda não tem nome, mas está sendo construída na área do Autódromo. Pouca gente se dá conta de

importância que essa arena tem como equipamento, não só esportivo, mas também de cultura, lazer e entretenimento. Você pode fazer lá desde uma festa de formatura até um show, sei lá de quem... Pink Floyd. Pode fazer shows, espetáculos musicais. Arenas multiuso são um equipamento importantíssimo para a cidade. O Rio de Janeiro almejava ter uma arena multiuso há muitos anos. Eu já recebi inúmeras pessoas que têm um projeto, que querem construir, que vai ser na Barra, que vai ser na área portuária. Esse é um doce que há muito tempo o Rio de Janeiro quer comer. Agora vamos ter uma arena multiuso que vai ser muito útil para o desenvolvimento da cidade, não apenas como turismo e não apenas como esporte. Ali ao lado está sendo construído, dentro do mesmo complexo, o Parque Aquático. Esse já tem nome: Maria Lenk. Homenageia nossa grande nadadora, que vai dar braçada inaugural na piscina, quando for inaugurada. Temos a construção da Cidade da Música Roberto Marinho, que vai dar para o Rio de Janeiro um equipamento sinfônico de primeira linha, ali no Cebolão da Barra. Deve estar pronta no final de 2008. Quem passar por lá de carro já vê a estrutura subindo. Temos uma obra importante, ou seja, a urbanização de toda a orla oceânica: Barra e Recreio. Começou como Projeto Rio Orla e depois acabou como Eco Orla. Então, toda aquela orla foi urbanizada com novos quiosques, novas facilidades, postos de salvamento, banheiros e tal. Isso facilitou muito a vida do pessoal que frequenta a praia. Na área de integração do sistema de transportes, está para sair nos próximos dias, se Deus quiser... O pessoal da Secretaria de Transportes está virando a noite para sair com o Edital de Concessão do novo corredor de transporte, o Antigo T5 – o corredor de transporte que povoa os sonhos e as memórias de todos os profissionais da Prefeitura há, pelo menos, 20 anos. Eu entrei na Prefeitura há 20 anos, e há 20 anos se fala no T5. Agora, aparentemente, está tudo certo, o Edital já sai daqui a pouquinho, e vamos ter esse corredor de transporte tão importante ligando a área da Zona Norte à Barra e Jacarepaguá. Na Zona Oeste também temos uma série de investimentos muito importantes, que a gente valoriza extremamente. Pode parecer que, a curto prazo, não tenha um efeito turístico assim tão grande, mas, com certeza, tem a melhoria do acesso dos cariocas ao esporte, lazer e entretenimento, e, a médio prazo, turismo doméstico. Aqueles municípios do Vale do Paraíba, a região das baixadas litorâneas, com certeza, vão aproveitar melhor esses equipamentos, trazendo, também, movimentação turística nacional e internacional para a área.

Então, tivemos a construção da Cidade das Crianças, um equipamento fantástico, que está vencendo seu primeiro, segundo ano, e que, com o tempo, vai se consolidando como recurso de entretenimento e lazer de primeira linha. Agora, estamos com a implantação do planetário. Haverá um planetário funcionando na Cidade das Crianças, com efeito indiscutível no aspecto educacional, mas também para visitantes, para gente que vai querer conhecer, turistas. Tem muito gente que, certamente, vai querer procurar a região em função desse planetário. Depois, temos a construção do Parque de Vizinhança, na área de Deodoro, a revitalização do Centro Esportivo Miécimo da Silva, que também está recebendo uma série de investimentos para poder abrigar os Jogos Pan-Americanos, pois será uma das sedes. Temos, ainda, a implantação do parque Municipal do Mendanha, que é um equipamento que, para nós, tem a maior importância.

Nós estamos trabalhando, nesse momento, junto à Secretaria de Meio Ambiente para que se aprove, o mais rapidamente possível, o plano de manejo do parque, porque nós já temos costurado, alinhavado, o Programa do Ecoturismo, envolvendo caminhadas, passeios, arborismo, uma série de programas relacionados ao ecoturismo lá para o Parque do Mendanha. Aliás, não é só essa. Várias das coisas que estamos vendo aqui, hoje, são oriundas das discussões do Plano Diretor, aliás, perdão, do Plano Estratégico. As discussões se estenderam, minuciosamente, durante vários meses, com representantes da comunidade, naqueles grupos de Plano Estratégico. A Cecília Castro aqui presente, e a Miriam tiveram papel essencial nessa discussão. Muitas das coisas que estamos vendo aqui, inclusive, o ecoturismo no Parque do Mendanha, são resultado das contribuições, sugestões e recomendações que foram feitas no âmbito do Plano Estratégico no ecoturismo.

Nos orgulhamos muito também da urbanização da orla de Sepetiba e de Guaratiba, da Praia da Brisa. O deck de Sepetiba ficou muito bacana. Nós fazemos lá todo ano festa de Carnaval e Réveillon com queima de fogos. É um negócio que tem favorecido visitantes das regiões limítrofes dali da Zona Oeste que aproveitam isso e trazem renda, trazem o consumo para aquela região. Quanto a facilidade de acesso, no caso, destacamos a duplicação da Av. Brasil facilitando o acesso da população, o seu deslocamento em direção à Zona Oeste.

Há alguns que deixei para o final porque não têm uma geografia definida e se espalham por toda a cidade. Os grandes festivais que a cidade promove anualmente, no Carnaval e no Réveillon, recebem milhões de visitantes que são responsáveis pelos nossos picos de ocupação hoteleira, pelos nossos picos de demanda turística de visitação. O Carnaval, inclusive, está agora com esta fantástica novidade, que é a multiplicação dos blocos do carnaval de rua, tornando a festa mais próxima de cariocas e visitantes.

Temos também o compromisso com a promoção de eventos que mantêm o Rio na rede de cidades globais, com shows, espetáculos, coisas que são transmitidas para o mundo inteiro. Agora mesmo estamos fechando a negociação para que o Rio seja uma das cidades que promoverá o show denominado “Life Earth” que tem a ver com o aquecimento global. Nós esperamos fazer esse show na Praia de Copacabana. Pode-se questionar: “Puxa, mas o que isso representa para o turismo? Será que algum turista vê o show aqui?” Talvez não! Mas o Rio de Janeiro, por conta desses eventos, permanece, se destaca como uma das cidades da rede global de cidades do mundo! Isso para nós é importante, isso tem valor para o turismo, ou seja, o fato do Rio de Janeiro ser uma dessas cidades. E quando alguém comentar: “Fala dessas cidades do mundo!”, a pessoa vai então falar de Londres, de Pequim, de Nova Iorque e do Rio de Janeiro. Isso para nós tem um enorme valor, a participação do Rio de Janeiro na rede de cidades globais. A realização de eventos dessa natureza ajuda muito a reforçar essa nossa presença.

Anotei, também, uma ação que aí é Política Setorial, já não é tanto Política Urbana, mas, de qualquer maneira, reforça a nossa ação na área de turismo, que é qualificação de profissionais. Turismo é serviço e serviço, basicamente, tem a ver com qualidade de atendimento. Nós estamos completando agora, no meio do ano, a primeira etapa de qualificação profissional que vai atender, até a metade do ano, a sete mil profissionais. O

programa se chama “Rio Hospitaleiro” e está voltado basicamente para o nosso trabalhador – no táxi, no hotel, no bar, no restaurante, na banca de jornal, na Guarda Municipal – que tenha contato direto e imediato com o turista. Nós o convidamos para fazer um curso, demos uma carteirinha, fizemos que ele se sentisse orgulhoso de participar de uma rede de profissionais de turismo comprometidos com a qualidade. Isso é o que se chama “Rio Hospitaleiro”, que está indo muito bem, e deve continuar no ano que vem, se Deus quiser.

Além disso, nós temos um compromisso com a promoção do empreendedorismo, basicamente criando facilidade para a iniciativa de jovens empresários na criação de novos produtos turísticos. Nós temos umas três ou quatro empresas encubadas que trabalham em conjunto com a Prefeitura e agora, até o final do mês de abril, se o pessoal lá do jurídico deixar, nós vamos soltar um Edital para oferecer apoio financeiro a, pelo menos, mais cinco empresas jovens, empresas encubadas, na área de turismo que queiram desenvolver novos projetos, novas atividades. Novos empresários! Isso é muito importante! Empreendedorismo na área de turismo pode ser a diferença entre você conseguir ou não prestar um bom serviço para o seu visitante.

A inclusão social ficou por último, por um acaso, mas é uma coisa que está sempre presente em nossa preocupação. O turismo é porta de entrada para a inclusão de profissionais, inclusão de gente que está procurando um rumo na vida. Nós temos os programas de treinamento para o turismo, na área do Peja – Programa de Educação de Jovens e Adultos, que é feito junto com a Secretaria de Educação. Nós temos pelo menos uns 300 ou 400 jovens que hoje se preparam para a inclusão na área de turismo. Temos um outro programa que é feito em conjunto com o Sindicato, o SindRio que está presente aqui, que é o Trilha Jovem. É um programa também que já fez 60 e agora vai fazer mais 120 profissionais. Esse é um programa que você treina o jovem, que está no 2º Grau, acompanha no estágio e depois procura arrumar emprego para ele na cadeia produtiva do turismo. É um sucesso e estamos muito satisfeitos com os resultados.

E estamos na panela com um programa que já esteve pronto, desandou e teve que voltar agora, que é de inclusão de pessoas com deficiência na área do turismo. Existe uma Lei que obriga as empresas a terem um percentual de profissionais com deficiência em qualquer tipo de atividade. Na área de turismo há uma demanda muito grande por esses profissionais. Os empregadores querem empregar essas pessoas, mas há problemas de você encontrar o profissional adequado, com o treinamento adequado, para a função adequada. Então, esse é um trabalho que, se Deus quiser, nós vamos desenvolver agora ao longo do segundo semestre, para propiciar a inclusão de pessoas com deficiência na área de turismo.

Bom, uma rápida palavra sobre o trabalho que está sendo feito. Nós estamos falando sobre coisas que acontecem no Rio de Janeiro, agora, para não deixar de citar um trabalho que é feito junto aos órgãos, aos centros emissores, aos mercados, aos lugares de onde vem o nosso turista: captação de feiras, congressos e convenções, que é um trabalho constante que é feito pela Secretaria, pela Riotur e pelo Rio Convention Bureau. Foi um sucesso, porque nós continuamos no primeiro lugar no ranking, e vamos continuar, ainda mais agora com o novo Centro de Convenções.

Temos todo o trabalho de promoção dos destinos turísticos no Rio, no Brasil e no Exterior. É um trabalho que é feito com grande competência já há muitos anos pela Riotur, através de participação de delegações do Rio de Janeiro em feiras, congressos e eventos de turismo internacional.

Promovemos encontros de negócios envolvendo os empresários do setor turístico, para poderem fechar parcerias e cadeias de comercialização, como, por exemplo, o Programa “O Rio é de Vocês” e outros eventos em que a gente participa e apóia, muitos deles em conjunto com o Governo do Estado, Governo da União e as entidades do setor privado.

Temos um trabalho constante agora, cada vez mais importante, junto às empresas transportadoras e autoridades brasileiras, para ampliar o número de acentos e vôos para o Rio de Janeiro, que é considerado um dos maiores problemas que hoje nós temos. Tem muita gente que está ficando no aeroporto. Ele quer vir para o Rio de Janeiro, tem o dinheiro para fazer isso e não consegue por falta de vôo, por dificuldade de transporte. Então, isso, nos últimos dois anos, principalmente depois da crise que afetou a Varig e mais recentemente com essa questão envolvendo os controladores de tráfego, tem sido uma preocupação nossa muito grande, ou seja, ampliar a oferta de acentos para o Rio de Janeiro, seja em vôos de carreira, seja através de vôos charter.

Para resumir, eu preparei uma lista. São dois *slides* que devem dar mais ou menos 10 itens, com o resumo dos Arts. 192 e 193 da proposta do Plano Diretor, que são aqueles artigos que relacionam os objetivos e as diretrizes da Política Urbana na área de turismo e que reforçam um pouco, lançam novos desafios para essas ações às quais eu me referi até agora.

Somar esforços com o setor privado e promover atividades turísticas abrindo novas oportunidades. Esse é um setor em que o governo sozinho faz muito pouco, faz basicamente obra, mas depende muito da iniciativa privada para que o resultado seja alcançado.

Monitorar, proteger e valorizar o patrimônio turístico da cidade, admitindo a conversão de uso em imóveis sem impacto ou com reduzido impacto da vizinhança. Este é um outro assunto sobre o qual eu acho que vamos voltar em seguida. Mas é muito importante para nós, hoje, garantir uma destinação adequada para o nosso patrimônio arquitetônico.

Compatibilizar a atividade turística com a proteção ao meio ambiente. Eu me referi aqui aos projetos de ecoturismo, junto com a Secretaria de Meio Ambiente, apoiado no Plano de Manejo de cada parque.

Apoiar a expansão e a diversificação do parque hoteleiro. Se for necessário, através da proposição de Legislação Específica.

Qualificar e expandir a infra-estrutura turística. Eu me referi aqui ao treinamento de pessoal na área de transporte, linhas de integração.

Qualificar e valorizar a força de trabalho. Já falei aqui sobre o Programa Rio Hospitaleiro. Nós vamos vir agora com um novo programa de certificação. Se tiverem interesse, eu posso depois explicar com maiores detalhes.

Revitalizar o Porto do Rio, construção da Cidade do Samba, Vila Olímpica da Gamboa nova estação de passageiros, construção do aquário e incentivar as atividades compatíveis com a proteção do patrimônio cultural e paisagístico das áreas turísticas. Ecoturismo, roteiro de visitação a pé no Centro Histórico são alguns exemplos rápido de objetivos e diretrizes que estão

propostos no Plano Diretor, e a maneira como a Prefeitura está agindo para implementar esses objetivos.

Em resumo, o Plano Diretor pretende, na área de turismo, defender e valorizar o patrimônio turístico pela enorme importância que ele tem para os cariocas, independente da importância que ele possa ter para os visitantes; implantar e potencializar uma infra-estrutura de esporte e entretenimento que reforce essa nossa posição como destino turístico. Facilitar a reconversão de áreas e de imóveis individuais para benefício da cidade é o exemplo da reconversão da área portuária e de muitos imóveis isolados no conjunto da cidade. E estimular empreendedorismo e a inclusão social pela porta de entrada do turismo.

Eu deixei um *e-mail* para receber observações e críticas, que, certamente, não ficarão sem resposta.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – A Presidência gostaria de registrar a presença, já fazendo parte da Mesa, do nobre Vereador Jorge Felipe, que é Relator da Comissão Especial do Plano Diretor, Vereador Átila Nunes Neto, Vereador Rogério Bittar, Vereador Dr. Nelson Ferreira, Vereador Rubens Andrade, Vereadora Silvia Pontes e Vereador Romualdo Boaventura.

Eu gostaria de pedir aos oradores que estão inscritos que, em virtude do atraso que nós tivemos para o início da nossa Audiência Pública, se limitem ao tempo de cinco minutos, porque às 14 horas terá início aqui mesmo no Plenário a Sessão Ordinária da Câmara Municipal.

Passo a palavra ao nobre Vereador Charbel Zaib.

O SR. VEREADOR CHARBEL ZAIB – Vereador Théo Silva, demais componentes da Mesa, Subsecretário Paulo Bastos, senhoras e senhores presentes. Eu gostaria primeiro de parabenizar o Subsecretário pela apresentação objetiva, mostrando um resumo importante das ações que estão sendo feitas em nossa cidade. Senti falta, Subsecretário, da apresentação dos resultados dessas ações nos últimos dois ou três anos. Fazer um pequeno balanço do que foi colocado aqui como iniciativas. Por exemplo, em relação às medidas tomadas para atração de feiras e eventos. Ou seja, verificar realmente se essas ações estão se realizando. Em relação à questão do turismo, vou fazer duas colocações que são as coisas que mais me preocupam em relação à nossa cidade.

Primeiro, é a questão do turismo sexual. O Rio de Janeiro é hoje o grande representante do Brasil no exterior. Quando se fala em Brasil, a primeira cidade que vem à mente das pessoas é realmente a Cidade do Rio de Janeiro. E, dentro da cidade, o local em que as pessoas pensam é Copacabana, que ainda é, fora do Brasil, a referência do ponto de vista do turismo carioca. E, nesse aspecto, o Plano Diretor pode estar dando uma grande contribuição no sentido de melhor ordenar a ocupação da orla da Cidade do Rio de Janeiro, em especial, da Orla de Copacabana. Infelizmente, qualquer um de nós que transitar pela Orla de Copacabana, a partir das 22 horas, verifica que o bairro continua sendo um prostíbulo a céu aberto. Isso independente do apoio que temos que dar,

obviamente de competência dos órgãos municipais e estaduais em relação a essas mulheres, a essas pessoas que estão ali e que merecem nossa atenção e devem ser acolhidos de alguma forma. Infelizmente, a prostituição traz junto o uso da droga e a violência. Isso acaba refletindo de forma negativa no turismo da nossa cidade. E acaba virando um ponto de atração turística, infelizmente. Nós temos aqui, hoje, o representante do Sindicato dos Hotéis e eu não tenho esse dado como oficial. A colocação que eu vou fazer é da conversa que tenho com os amigos da área. Há muitos estabelecimentos, hoje, sejam eles hotéis ou restaurantes, que têm até 30% do seu faturamento vinculado a esse tipo de turista, que vem à cidade em busca desse tipo de entretenimento. Acho que isso tem que ser combatido, que a Orla de Copacabana tem que ser repensada, do ponto de vista da sua ocupação comercial. A Prefeitura atualmente já tem instrumentos para isso, mas eu acho que o Plano Diretor pode dar a sua contribuição na limitação desse tipo de situação. O que é mais preocupante é que hoje a gente já está vendo isso acontecer também na Orla da Barra da Tijuca. Se você andar na Orla da Barra da Tijuca a partir das 22 horas, Vereador Jorge Felipe, já encontra ali a ocupação pela prostituição e pelas atividades que a cercam. Então, a contribuição que eu faço é nesse sentido: que o Plano Diretor incorpore instrumentos que permitam à autoridade pública repensar a ocupação comercial daquela região, porque Copacabana e Rio de Janeiro são a cara do Brasil hoje lá fora, e a gente tem que enfrentar isso de maneira clara, de maneira objetiva. Não adianta querer esconder o sol com a peneira, é uma realidade que a gente tem que enfrentar. Outro item em que eu acho que o Plano Diretor pode contribuir muito em relação ao desenvolvimento da nossa cidade é uma ferramenta que a Prefeitura, de certa forma, adotou recentemente, com essa questão dos pólos. Entretanto, Secretário, na minha visão, a questão do pólo, como está colocada hoje pela Prefeitura, ainda é muito incipiente, ainda está muito na superficialidade. O Secretário é um técnico na área, experiente, uma das pessoas mais conceituadas nesse sentido, e sabe que é uma boa iniciativa da Prefeitura, mas que tem que ser aprofundada em relação à infra-estrutura, para realmente haver na cidade áreas que implementem o desenvolvimento direcionado. Como foi colocado aqui, esses pólos hoje estão muito limitados a questões de ordenamento público, transporte, iluminação, sinalização.

Não tem um ferramental voltado para atração do empresário para ele realmente se estabelecer naquele pólo. Falta isso ser criado e o Plano Diretor pode contribuir nesse sentido, criando para essas áreas, vinculadas ao distrito e ao pólo, uma Legislação urbanística diferenciada da Legislação do entorno. Não há como falar em pólo gastronômico, em pólo cultural, ou qualquer outro tipo de distrito ou de negócio, se você não construir para aquela região delimitada como pólo a legislação que realmente transforme aquilo em algo diferente em nossa cidade. É preciso que naquela região hoje incentivos para empresários ali se estabelecerem, sejam fiscais, ou de outra natureza. É preciso que existam naquele pólo características urbanísticas que o diferenciem, para que realmente, quando o turista chegar ali, verificar que está chegando em um lugar diferente. Não é só colocar uma placa, “pólo cultural”. Placa é importante, sinalizar é importante, mas é preciso que a pessoa perceba, realmente, que ali está algo diferente. E não podemos esquecer que não há como falar em turismo sem falar em transporte. Como aqui foram feitas várias colocações em relação à



questão do transporte, temos que enfrentar a realidade: o transporte em nossa cidade é caótico, nós estamos, hoje, enfrentando um colapso logístico. Eu, por exemplo, levei praticamente duas horas para chegar aqui, porque houve um acidente na Francisco Bicalho que parou a cidade praticamente inteira. Como a gente vai enfrentar isso? Como a gente vai trabalhar o turismo, se a pessoa não consegue se deslocar dentro da cidade de maneira correta? É preciso criar ligações entre os pólos. Hoje em dia, para você se deslocar da Zona Sul para a Barra da Tijuca – a Barra da Tijuca, como foi colocado aqui, e bem colocado, cada vez mais vai se transformar em uma referência turística em nossa cidade – como se deslocar da Zona Sul para a Barra da Tijuca de maneira segura, rápida e integrada com o resto da cidade? Tem que ser enfrentada essa realidade! Eu acho que o Plano Diretor, mais uma vez, tem que dar a sua contribuição, no sentido de cair instrumentos que viabilizem o transporte público, que nos permitam desenvolver a nossa cidade, inclusive desenvolvendo o turismo. Eu acho que no Plano Diretor tem que ter uma previsão explícita no sentido da construção e da implementação do veículo leve sobre trilhos, ou de um transporte alternativo a esse... Eu acho que a Cidade do Rio de Janeiro tem que enfrentar a realidade de que não é mais possível o nosso transporte coletivo estar calcado no transporte de ônibus e vans... Não é possível, a cidade tem que ter um transporte realmente que atenda a massa. E também um transporte direcionado, no caso do turismo, para o turista. Você vai para qualquer lugar do mundo – se você vai para o México, em Cancun, se você vai para a França, se vai para Nova Iorque – há uma série de facilidades disponibilizadas para o turista ir de um ponto turístico a outro, com segurança e tranquilidade. Nesse percurso, ele é impactado por uma série de outras ações de efeito turístico, ações comerciais etc.

Acho que a Cidade do Rio de Janeiro tem dado passos importantes na retomada da sua vocação turística. Acho que as iniciativas aqui apontadas são fundamentais. Senti falta de um balanço dos resultados, que acho importante.

Deixo também aqui uma solicitação, no sentido de que essa apresentação seja encaminhada a todos os Vereadores da Casa, pois foi um resumo, na minha visão bem colocado, do que tem sido feito pela Prefeitura. Se possível, inserir também os dados dos resultados alcançados até o momento, pelo menos até os últimos três ou quatro anos.

E quero ressaltar, como falei, com relação ao Plano Diretor, que é fundamental que preveja instrumentos reais de implementação, de incentivo ao turismo em nossa cidade. Destaco a questão dos distritos de negócios, ou dos pólos, mas de uma forma mais estruturada, no sentido de que atraiam o empreendedor e atraiam o turista, e no sentido de repensar a ocupação do espaço urbano na orla da nossa cidade, porque é o que determina o uso desse espaço urbano, hoje, em Copacabana e, agora, já na Barra da Tijuca, a partir de determinada hora, para o turismo sexual. Isso é extremamente ruim para a imagem da nossa Cidade. Às vezes, uma cena como essa colocada na *internet* ou na CNN acaba com o trabalho de anos de recuperação de nossa Cidade.

E isso que eu tinha para colocar. Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – A Presidência gostaria de registrar o agradecimento do Vereador Chiquinho Brazão pelo convite para participar desta Audiência, e convocar para fazer uso da palavra o Presidente do Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio de Janeiro, Sr. Alexandre Sampaio.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Bom-dia a todos, Presidente da Mesa, ilustre Vereador Théo Silva, Vereador Carlo Caiado, Vereador Stepan Nercessian, demais pessoas do Plenário.

Vou ser muito sucinto, atendendo à reivindicação do Presidente da Mesa, no sentido de fazer algumas observações pontuais sobre o documento. Quero dizer também que o Sindicato já encaminhou, de comum acordo e corroborado por outras entidades patronais de classe, sugestões que foram feitas há algum tempo a alguns Vereadores da Casa, especificamente ao Vereador Carlo Caiado. Vamos tomar a iniciativa de reiterá-las a sua Excelência, na qualidade de Presidente do Conselho de Turismo.

Fazendo menção especificamente a alguns aspectos da Lei Geral, eu queria mencionar a Sessão 3ª., no seu Artigo 19, quando nós temos o § 2º., que redaciona os seguintes processos da criação de incentivos fiscais, observado, naturalmente, o Código Tributário Municipal, no tocante à concessão e à conservação dos patrimônios natural e cultural. Acho que a gente poderia incluir também os aspectos do patrimônio turístico, que têm uma especificidade, que são instrumentos de alavancagem para a questão de captação do turismo nacional ou estrangeiro.

Acho também que a gente poderia encaminhar uma proposta de um § 3º no processo do tratamento tributário de incentivo, de alguns aspectos da Lei no tocante, especificamente, do IPTU, porque é importante notarmos que algumas situações, e como o turismo é um processo de fatores conjunturais, nós periodicamente passamos por algumas adversidades no setor. Especificamente do Rio de Janeiro, passamos por adversidades que são pontuais, geradas por fatores exógenos, como, por exemplo, o câmbio desfavorável, que atualmente vive a conjuntura nacional. Cabe à S. Excelência que hoje, com o câmbio rompendo a barreira dos 2 reais diante do dólar a captação de turistas estrangeiros a Cidade do Rio de Janeiro está sendo cada vez menor. Nós estamos perdendo espaço em termos de concorrência mundial e estamos com um faturamento declinante nos hotéis do Rio de Janeiro. Por quê? Porque estamos obrigados, normalmente, pelo *modus operandi* da hotelaria em nível internacional, a darmos cotações com quase um ano de antecendência de compensar orçamentariamente um processo de decréscimo da moeda que faz a transação da troca cambial. Isso resultando que cada vez menos os hotéis do Rio de Janeiro, que recebem reais para os seus custos, apesar de estarmos com a inflação, digamos assim, controlada, mas o fato é que faturamos cada vez menos, num processo em que deveríamos ter uma inserção de preços cada vez maior.

E não venham dizer que a hotelaria do Rio de Janeiro é cara. Depois eu vou encaminhar a Vossa Excelência também um referencial de comparação de preços. As tarifas do Rio de Janeiro, comparadas com as de outras cidades, são bastante baixas. Só para vocês terem uma idéia, em média, segundo estudos da

Organização Mundial do Turismo, as tarifas médias do mercado americano e europeu subiram, em média, quase 48% nos últimos 24 meses em dólar, enquanto nós tivemos um decréscimo substancial nesse processo.

Um outro detalhe que me faz chamar a atenção dos senhores é a questão da Seção I – Do Sistema Municipal do Planejamento Urbano – consubstanciando já o funcionamento e a ratificação do funcionamento do Conpur, que, em nossa visão, Vereador, é inadmissível que funcione sem a participação da iniciativa privada do turismo. O planejamento urbano desta cidade tem que ter uma vertente de participação da iniciativa privada do turismo. É inadmissível que o Conpur, que regulamenta matérias tão importantes, que nos afetam de maneira incisiva na parte de hotelaria e na parte de restaurantes, não tenha um membro da iniciativa na parte de hotelaria e na parte de restaurantes, não tenha um membro da iniciativa privada que possa estar ali para expressar a sua opinião, em um processo participativo de ajuda e colaboração e de uma visão setorial fundamental para a Cidade do Rio de Janeiro.

Para nós, o Conpur teria que ser modificado em sua regulamentação expressa, no sentido de abrir uma vaga para a iniciativa privada do turismo para o seu funcionamento operacional.

Quanto aos demais Conselhos, nós faríamos uma ressalva de que até hoje nós temos criado em Lei – não sei se em Projeto, em Decreto que não foi regulamentado, ou por um Projeto de Lei que não tenha sido sequer aprovado – a criação do Conselho Municipal de Turismo. Eu acho fundamental que, na Lei geral, esteja contemplada e seja ratificada a criação de um Conselho Municipal de Turismo, e que nós tivéssemos ali assento, tanto a iniciativa como órgãos executivos, e que pudéssemos discutir de maneira plural e complexa os assuntos que envolvem o nosso setor. Até porque se sabe que qualquer ação que envolva a Política de Turismo nesta cidade decorre de processos abrangentes, que envolvem várias Secretarias. Então, nada melhor do que um Conselho Municipal de Turismo para ser o fórum das discussões.

(O Vereador Rubens Andrade fala fora do microfone)

Então, parabéns ao Vereador. Acho que devemos incluir o Conselho Municipal de Turismo na Lei geral e que ele seja uma premissa desta Casa, no sentido de botá-lo em funcionamento, para a gente poder ter um predicado e um vetor de discussão de matérias tão importantes que afetam decisivamente, como eu já falei, a economia do nosso município. Isso está ratificado na Subseção I, no artigo 124, em que nós passamos a vista em todos os Conselhos sugeridos, mas não se fala, de novo, no Conselho Municipal de Turismo, e eu acho que ele é fundamental.

Um outro aspecto, para finalizar, seria o aspecto das diretrizes. Em sua Subseção II – Das Diretrizes, no artigo 192, inciso V, nós falamos em rever a Legislação Urbanística, visando a ampliação e diversificação do parque hoteleiro. Eu quero fazer uma menção aqui de que de maneira nenhuma a hotelaria do Rio de Janeiro, dentro de um processo de divulgação e de pregar a livre iniciativa, visa a criar ou visa a se preocupar com esse inciso na questão da flexibilização da Legislação de apart-hotéis nesta cidade. Faço menção de que o Rio de Janeiro tem a legislação mais equilibrada do Brasil nesse tocante. Somos

recorrentes em chamar a atenção para praças que tiveram uma postura talvez irresponsável em relação à legislação pertinente à ocupação de *flats*, já hoje, em parte, regulamentada pelo Governo Federal, e que tiveram experiências trágicas, no seu limite da perda da qualidade e levando a um processo de degradação urbana e a um processo de depreciação de preços, desincentivando a iniciativa privada e fazendo com que o reflexo fosse muito pior do que imaginado como uma oferta de qualidade.

O setor empresarial da hotelaria do Rio de Janeiro estará pronto e, com certeza, responderá efetivamente a um aumento de demanda dentro de premissas que visam a trazer atratividade ao Rio de Janeiro, através de políticas de incentivo a vôos, captação de vôos, a processo de turismo de negócios, de turismo de incentivos, dentro de um processo de um crescimento sustentável, real e qualitativo, que signifique empregabilidade, faturamento de tributos para o Rio de Janeiro e maior renda para a cidade como um todo.

Muito obrigado, Vereador. Eram essas as minhas palavras.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – O próximo Vereador inscrito para fazer uso da palavra é o Vereador Professor Célio Lupparelli.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Senhor Presidente, demais membros da Mesa, senhoras e senhores, eu observei atentamente a exposição do nosso Subsecretário Paulo Bastos. Mas gostaria de fazer algumas citações aqui: em primeiro lugar, eu tenho acompanhado todas as Audiências Públicas – todas. Meu companheiro e amigo Jorge Felipe é testemunha disso. E algum aprendizado eu consegui através desses encontros. Um deles, por exemplo, é que acho que é extremamente importante que esta Casa observe que nós precisamos, a despeito de termos feito reunião, de termos feito avaliação – inclusive o nobre Vereador Jorge Felipe foi o protagonista, depois de alguns anseios nossos, em promover essa reunião junto ao nosso Presidente, nobre Vereador Ivan Moreira –, mas apesar disso nós ainda estamos muito longe de conseguir a presença maciça dos Vereadores e a presença mais atuante e firme da sociedade como um todo. Claro que nós respeitamos e agradecemos a presença dessas pessoas que aqui estão, participando deste momento. Mas eu acho extremamente importante que a gente faça uma reflexão, um estudo para que esses encontros sejam, efetivamente, da sociedade, senão não tem razão de ser o nosso Plano Diretor e essa discussão. Este é um ensinamento que eu adquirir e estou passando para os senhores minha angústia.

Num segundo momento, queria passar para os senhores que, ao longo desses encontros – ontem, principalmente – saí daqui convencido de que a gente deveria inverter a mão. Em todos os eventos a que aqui estamos procedendo, fala a Mesa, ou seja, falam os técnicos da Prefeitura, do Executivo, quando aqui estão presentes, e os Vereadores. E, por último, fala a população. E eu tenho me insurgido quanto a isso. Ontem, inclusive, calei, falei pouco, mas tenho me insurgido quanto a isso. Só que para a minha aprendizagem – e a vida é isso – hoje eu tive que reconhecer que foi extremamente salutar iniciarmos com a exposição do Subsecretário. Porque nós viemos preparados – a nossa Assessoria

Técnica fez um estudo – e chegamos à conclusão que o Subsecretário fez uma exposição maravilhosa. Eu quero parabenizar a Prefeitura e me orgulho de ter participado do Executivo durante um período de seis meses, como Secretário de Governo e, anteriormente, como Secretário Executivo, de ter participado da equipe que V. Exa. representa tão bem. O Prefeito está de parabéns, a Cidade do Rio de Janeiro está de parabéns com essa exposição. Portanto, apesar de reconhecer que primeiro deve falar a população, para nós aprendermos e depois discutirmos com a população, nesse momento a minha assertiva caiu por terra. Mas, de qualquer maneira, não invalida que em outras experiências a gente comece com a população.

E, para encerrar, eu não poderia deixar, em respeito à nossa Assessoria Técnica, de contribuir com alguma coisa. Eu não sei nem se vou acrescentar algo, mas gostaria que o Subsecretário levasse isso para a equipe técnica. E para nós, daqui, principalmente da Comissão que trata do assunto específico.

Nossa equipe técnica levantou os seguintes questionamentos em relação ao Substitutivo nº 3:

(LENDO)

- a) Incluir no Art. 191, inciso II, os instrumentos necessários à proteção e valorização do patrimônio turístico, condicionando-os aos instrumentos já previstos no Estatuto da Cidade e outros:
  1. parceria público/privada;
  2. incentivos fiscais;
  3. Fundo Municipal de Turismo;
  4. direito de preempção para prioridade de aquisição pelo município;
  5. direito de transferência do potencial construtivo.
  
- b) Incluir no Art. 191, inciso IV, a relação dos principais equipamentos turísticos, dotando-os de infra-estrutura adequada.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O que praticamente o senhor já citou aqui, mas nós temos que incluir. Esse encaminhamento para nós, para a Comissão de Turismo, é extremamente importante, penso assim.

(LENDO)

- c) Incluir no Art. 192, inciso I, a possibilidade de criação de um Conselho paritário...

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Parece que meu antecessor falou alguma coisa desse tipo.

(LENDO)

...Conselho paritário para auxiliar o Poder Público na implantação das Políticas Públicas voltadas ao Turismo, sistematizando a permanente parceria com o setor privado.

d) Incluir no Art. 192, inciso II, a relação das áreas de relevante interesse turístico, com adoção de parâmetros específicos.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Já citados pelo Subsecretário, mas não incluídos no Plano Diretor.

(LENDO)

e) Incluir no Art. 193 o ajuste necessário à adequação do conteúdo do Plano de Turismo da Cidade ao Plano Diretor que ora se discute.

f) Incluir, onde couber, as Áreas de Especial Interesse Urbanístico, já apresentada no item “d” desta proposta.

g) Incluir, onde couber, o Conselho de Turismo, assim como seu detalhamento de composição e funcionamento, já apresentado no item “c” desta proposta.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Diretrizes e objetivos apresentados pelo Subsecretário estão melhor explicitados que os constantes do Plano Diretor. A importância de diretrizes específicas sobre a integração do tema com o sistema de transporte da cidade, constantes do inciso VII, Das Diretrizes, mas de forma bastante imprecisa. Isso no Plano Diretor.

E, para encerrar, eu reitero, Sr. Presidente, a necessidade de que a população esteja presente com maior número, a fim, inclusive, de ter a oportunidade de ver uma exposição tão brilhante e que faz com que a gente tenha consciência de que esta cidade está sendo muito bem tratada, especificamente, embora em outros campos também, nesse tema que ora discutimos.

Parabéns a todos e muito obrigado!

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – A Presidência gostaria de afirmar que estão presentes hoje, em nossa Audiência Pública, inúmeros segmentos da sociedade, sindicatos, ONGs e pessoas que fazem parte do segmento do turismo na Cidade do Rio de Janeiro. E é muito importante que nós possamos ouvir todos, tanto os Vereadores que estão inscritos para fazer uso da palavra, que não são poucos, como também todos os segmentos do turismo.

Então, a Presidência gostaria de reiterar mais uma vez o pedido para que as intervenções não excedam os cinco minutos, para que nós possamos ouvir a

todos, não só os Vereadores, mas também os segmentos da sociedade que vieram aqui nos prestigiar e dar contribuição para o bom andamento e o bom esclarecimento desta Audiência.

A Presidência gostaria de conceder um aparte ao Sr. Luís Felipe Bonilha, Presidente da Riotur.

O SR. LUÍS FELIPE BONILHA – Bom-dia a todos! Embora seja um rápido aparte, não posso deixar de cumprimentar o Presidente da Comissão, Vereador Théo Silva, e os Vereadores Carlo Caiado e Stepan Nercessian, e parabenizá-los pelo belo trabalho à frente desta Comissão. Também quero parabenizar o Subsecretário de Turismo, Paulo Bastos, pela bela apresentação, rápida, sintética e objetiva.

Eu pedi esse aparte para registrar, Alexandre Sampaio, ao Presidente do Sindicato de Bares e Restaurantes, a importância, hoje, do Conselho Municipal de Turismo. Como já existe o Conselho Estadual de Turismo, que é suprapartidário, com quase 32 cadeiras, onde se resolvem os problemas comuns com boa vontade, sem jeton. Somos nomeados sem jeton, vamos lá, damos o nosso tempo. Hoje, a Embratur, para que todos entendam, tem uma verba descentralizada, que vai para os estados, através do fórum de Secretário Estaduais de Turismo.

A verba descentralizada do Rio de Janeiro, cada centavo aplicado na promoção da Cidade do Rio de Janeiro é decidido no Conselho Estadual de Turismo, sempre por unanimidade. Hoje foi criado um fórum de Secretários e Dirigentes Municipais das principais capitais brasileiras que representam 97% do turismo internacional o qual o Rio de Janeiro ocupa uma grande liderança nesse fórum. E também pleiteia junto ao Ministério do Turismo através da Embratur uma verba descentralizada para a promoção das capitais fortes em turismo. E mais do que nunca essa verba ao vir para o Rio de Janeiro deveria ser decidida no Conselho Municipal de Turismo assim como acontece no Conselho Estadual de Turismo.

Era apenas isso, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – A Presidência gostaria de registrar a presença do Sr. Bruno Matos, Diretor de Operações da Riotur.

O próximo orador inscrito para fazer uso da palavra é o Sr. Ângelo Viváqua, Presidente da Abih, Associação Brasileira de Indústria de Hotéis.

O SR. ÂNGELO VIVÁQUA – Senhor Presidente, senhores membros da Mesa presentes aqui nesta reunião.

Nós somos a hotelaria do Rio de Janeiro com 27 mil quartos, 54 mil leitos que recebem todos os dias 15 a 20 mil hóspedes novos que entram e que ficam dois a três dias em média, alguns ficam 15 dias, alguns ficam um mês, mas a nossa média é de dois a três dias. Costumo dizer sempre que está na nossa bandeira o que deve ser a nossa ordem permanente: ordem e progresso, a nossa instrução a ser seguida. E quando nós vemos um plano que foi magnificamente apresentado pelo meu amigo Paulo Bastos, tão bem apresentado, e tão bem detalhado e que visa ordenar as atividades turísticas e urbanísticas da Cidade do Rio de Janeiro,

eu só posso em primeiro lugar me associar, parabenizar e dizer que onde for possível contribuir para se ordenar as coisas nós estaremos sempre presentes.

Para cara 1% de perda ou hospedagem que nós temos no Rio, calcula-se que a gente esteja perdendo 200 mil reais e portanto, como nós perdemos na Semana Santa cerca de 20% nós perdemos cerca de quatro milhões de reais por dia, 12 milhões de reais no total. Isso não é só a hotelaria que perdeu, vai desde o pequeno vendedor de refrigerante na praia, ao vendedor de souvenir, ao motorista de praça, ao grande hotel, ao restaurante, em fim um complexo, um conjunto de atividades que perdem quando não se consegue prover a cidade de instalações. No nosso caso a Semana Santa, graças a Deus nós não temos nenhuma parcela nessa culpa, quando digo nós estou falando da Administração Municipal ou Estadual. Ela foi exclusivamente fruto do caos aeronáutico instituído no Brasil.

O turista ele gosta de uma cidade onde a população esteja feliz. O que mais atrai o turista é a felicidade da população que ele traduz dizendo que o Rio de Janeiro, eleito sucessivamente a cidade mais simpática do mundo, isso é fruto de uma população que apesar de todas as dificuldades, com tudo aquilo vemos que ela está passando se mantém alegre, feliz, acolhedora a ponto de ser a primeira cidade em acolhimento no mundo. Isso é um potencial que não pode ser desperdiçado e um plano que vem ordenar, é um plano que vem exatamente a favor disto, um plano que vem permitir e talvez ampliar essa felicidade e facilidade da população em receber as pessoas.

O detalhamento o meu companheiro Alexandre Sampaio já fez, nós inclusive já discutimos antes ele entrou exatamente na parte de conselhos, incentivos fiscais, estamos exatamente reivindicando isso por intermédio do Alexandre que expressou muito bem as nossas necessidades.

Mais uma vez cumprimento os planejadores que elaboraram o plano, cumprimento esta Casa por permitir esta reunião e dar acesso à sociedade para que participe dessa formação do plano, da construção desse instrumento. Agradeço, mais uma vez, ao Presidente e à Mesa por esta oportunidade.

Muito obrigado!

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – A Presidência registra o pedido de agradecimento pelo convite à participação nesta Audiência Pública, do nobre Vereador Cláudio Cavalcanti e da Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Eventos – Regional Rio de Janeiro, Sra. Contança Ferreira de Carvalho.

A Presidência passa a palavra ao nobre Vereador Carlo Caiado, Vice-Presidente da Comissão Permanente de Turismo.

O SR. VEREADOR CARLO CAIADO – Quero, antes de mais nada, parabenizar o Subsecretário Paulo Bastos pela bela apresentação. Eu destaquei aqui alguns pontos principais para sugerir. O primeiro deles, não é mistério, é que precisamos equacionar a questão da segurança em nosso município que, cada vez piora mais.

Segundo, seria a questão do transporte. É preciso criar um planejamento de transporte para o setor de turismo. Vemos Jeep-Tur sem regularização.



Precisamos especificar o transporte para o turismo. Talvez criar linhas de ônibus destinadas ao turismo para os principais locais que têm atuação do turismo. É importante criar um certificado para os taxistas. Já está sendo feito o preparo deles, mas é preciso criar um certificado para que eles possam ser referência para o turista. É preciso criar esse planejamento do transporte para o turista.

Outra, seria intensificar as parcerias entre o setor público e o setor privado. Podemos citar alguns exemplos: o Fashion Mall Shopping, revitalizou todo o entorno com a questão da iluminação. O Rio Sul está com o Projeto Rio Cidade em torno dele. A Carvalho Hosken está fazendo todo o Boulevard do Pan-Americano na Barra da Tijuca, entre outros.

Temos que buscar e planejar também a questão da divulgação dos equipamentos públicos que estão vindo para a cidade. E também sugerir à Secretaria que levasse ao Prefeito para que a gerência desses equipamentos fosse realizada pela Secretaria de Turismo. Vemos a Cidade da Música, Cidade do Samba, Cidade dos Esportes, o Engenhão, Centro de Tradições Nordestinas, como foi falado, equipamentos públicos que atraem o turismo e revitalizam a região onde se encontram. Então, seria fundamental que isso pudesse ser estudado pela Secretaria, sugerindo ao Prefeito que essa gestão seja feita pela Secretaria de Turismo do município.

O calendário de grandes eventos. É preciso criar um parâmetro. Vemos a cidade com diversos eventos, mas não conseguimos a divulgação desses eventos. Precisamos criar um calendário mais bem qualificado e mais divulgado. Seria importante que a Secretaria sugerisse ao Prefeito para destinar, a partir do ISS do município, uma verba para divulgação da cidade para fora, trabalhar, investir nessa gerência do calendário do município. Estou estudando aqui na Câmara, Presidente, de que forma: se pode ser por Lei, ou por Decreto do Prefeito. Exemplo: fevereiro é mês do Carnaval: Decreto de que aquele é o mês do Carnaval. Em junho e julho, Decreto do mês de festas juninas, com eventos destinados àquela atividade sendo mais divulgados. Em dezembro, tivemos a Disney no Rio de Janeiro, na praia, com carros alegóricos. Isso não está conhecido fora. Vamos criar o mês de dezembro como mês de Natal. Vamos levar para a Lagoa as grandes grifes vendendo suas roupas, tudo em função do Natal. Enfim, a gente tem esse pensamento em relação a isso. Criar o mês do esporte. Seria importante debater em relação a isso. Concordo com o Vereador Charbel em relação aos pontos turísticos, culturais e gastronômicos. É preciso criar o que diferencie esses pólos. Naturalmente, já são criados esses pólos. Nós temos em Campo Grande, por exemplo, Rio da Prata... está aqui o Vereador Romualdo Boaventura, que conhece muito bem. Na Barra, Recreio e outros lugares. Em Copacabana já existe, mas a gente precisa criar. Vamos, de repente, criar, na entrada desses bairros um marco que pudesse, em parceria com a Associação Comercial, com os comerciantes, ter um quiosque de divulgação desse pólo, que o turista possa parar ali e ver, pegar um *folder* que divulgasse as atividades daquele bairro. Poderia, de repente, a Secretaria estar estudando isso. Eu queria, depois, saber um pouco, do Subsecretário, sobre aquele convênio do Governo Federal com a Prefeitura sobre o investimento na formação e requalificação da mão-de-obra do setor de Turismo. Isso é fundamental para nossa cidade. E também sugerir ao Subsecretário que pudesse levar ao Prefeito que crie, dentro da Prefeitura, uma Comissão, liderada pela Secretaria de

Turismo, com outras Secretarias, para poder interagir. Porque tudo que se fala, hoje, na cidade, é relacionado ao Turismo. É preciso ter uma integração das Secretarias, para que possa ser discutido, possa ser feita uma reunião, para o Turismo divulgar para outras Secretarias quais ações devem exercer para poder melhorar seu papel. Por último, queria fazer um apelo a todos. Que a gente pudesse ingressar em relação ao Pan-Americano, que é um grande marco para a cidade. O PAN é carioca. O PAN pode ser do Brasil, mas o PAN é do Rio. As Olimpíadas foram na Espanha, mas foram em Barcelona. A gente precisa divulgar isso e valorizar nossa cidade. O PAN é carioca.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – O próximo orador inscrito é o Sr. Marco Antonelli, representante do Parque Nacional da Tijuca.

O SR. MARCO ANTONELLI – Senhor Presidente, senhores componentes da Mesa, senhoras e senhores, o Parque Nacional da Tijuca é uma unidade da Federação Federal, dentro do Rio de Janeiro. E ele se ressentido muito dessa proximidade da cidade, mas, ao mesmo tempo, o distanciamento que temos de toda infra-estrutura, por sermos área federal, por estarmos subordinados a uma Lei do SNUC, que é uma Lei muito rápida, uma vez que a missão principal é proteger o bioma. Dentro do Parque, temos uma área chamada uso público, que é onde a gente interage com o Parque, temos uma área chamada uso público, que é onde a gente interage com o Turismo, com recreação, com lazer. O nosso Plano de Manejo e de 1981, com uma realidade totalmente diferente, e está sendo refeito agora. Pena que a previsão de ser entregue é julho, e essa comissão... eu preciso entregar isso até abril. Então, não podemos antecipar projetos e propostas que ainda vão ser aprovadas. Gostaria, se possível, tentar marcar uma interação entre essa Comissão e a Direção do Parque, para que essa parte de limites de parques, essa parte de áreas de amortecimento pudesse ser conversada e inserida dentro do Plano Diretor da Cidade. Só isso.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – O próximo orador inscrito, para fazer uso da palavra, é o nobre Vereador Rogério Bittar.

O SR. VEREADOR ROGÉRIO BITTAR – Senhor Presidente, acho muito interessante – e agora me dirijo ao meu amigo, Vereador Jorge Felipe que é o Relator da Comissão do Plano Diretor –, em nossas reuniões entre Vereadores, nós estávamos cobrando muito a presença de representantes do Poder Executivo porque nós sabemos o quanto a Prefeitura é importante com os seus técnicos no desenvolvimento e planejamento desse nosso Plano Diretor.

Mas, Vereador Jorge Felipe, eu me decepciono muito quando vejo um representante do Poder Executivo chegar a esta Casa de Leis, numa Audiência

Pública como esta, e passar mais de 90% da sua explanação vendendo o peixe da Prefeitura! Quando, na verdade, não falou, em nenhum momento – guardando o finalzinho do seu discurso – para falar do Plano Diretor.

O Plano Diretor é muito importante! Ele vai definir as diretrizes do futuro de nossa cidade para os próximos 10 anos! Vir aqui falar de Engenhão é, mais uma vez, fortalecer a falta de planejamento que a Prefeitura tem tido com esta cidade! O Engenhão teve uma previsão orçamentária que hoje já foi ultrapassada mais de 10 vezes, como se tem visto no que está sendo publicado na imprensa! O que é isso? É falta de planejamento! O que nós estamos discutindo aqui é o Plano Diretor, é o planejamento da cidade para os próximos 10 anos. Não é o que esperamos de um representante do Poder Executivo, chegar e passar 90% do seu discurso falando do que está acontecendo na cidade como, por exemplo, a questão do Engenhão contra o qual tenho severas críticas. O Engenhão é uma estrutura imensa sobre a qual a Prefeitura ainda não teve a capacidade de dialogar com clubes de nossa cidade que não têm arena! Hoje, ele virou uma bomba que a gente não sabe o que vai acontecer com ela depois dos 15 dias quando terminar o Pan-Americano! Gastou-se muito dinheiro para, ao final do Pan-Americano não se saber o que fazer com o Engenhão. Aí tenta-se, mais uma vez, a toque de caixa, fazer uma licitação como aquela que aconteceu no Riocentro que o nobre Vereador Stepan Nercessian, com muita propriedade vem denunciando, uma licitação vergonhosa onde, no início, se pediu R\$ 50 milhões e acabou se privatizando por R\$ 1 milhão! É isso que nós esperamos? Esse Engenhão virar, por exemplo, uma estrutura como essa, cara, dinheiro dos contribuintes de nossa Cidade do Rio de Janeiro, amanhã isso ser privatizado. Esqueceram de avisar também que os clubes já não querem jogar ali não, os clubes querem permanecer jogando no Maracanã! Então, quem vai assumir aquilo ali? Amanhã, não sei! Pode ser uma igreja. Nada contra as igrejas, mas essa não era a finalidade daquele instrumento, daquela arena.

Então, Sr. Presidente, faço aqui severas críticas à condução dessa Audiência Pública. Os representantes do Poder Executivo têm que vir para cá com propostas mais concretas para o Plano Diretor. Porque, isso sim, nós reconhecemos, eles têm uma capacidade maior do que o Poder Legislativo de estarem trabalhando em cima desse Plano Diretor, pela capacidade dos técnicos hoje dentro da estrutura da Prefeitura! O que nós não podemos admitir aqui é que esses técnicos venham, façam uma exposição de mais de 90 minutos, e aí um Vereador da base de sustentação do Governo e fica rasgando seda. Tenho enorme carinho pelo Prof. Célio Lupparelli que foi meu professor no Colégio Pentágono, no Valqueire, quando eu pegava o ônibus 745, em Bangu, e ia para Vila Valqueire, que é o mesmo ônibus ainda hoje não havendo nenhuma outra infra-estrutura de transporte melhor para se ir assistir a aula do professor de Biologia Célio Lupparelli. Mas, infelizmente, não é o que eu espero, que venha para cá, fique vendendo um peixe que não existe – porque a cidade está um caos – e ainda fica Vereador fazendo rasgação de seda!

Então, Sr. Vereador Jorge Felipe, vamos ver se nas próximas Audiências Públicas do Plano Diretor, a gente possa, no convite, reforçar mais uma vez que os representantes do Poder Executivo tragam propostas mais concretas porque não é outra coisa que a gente está querendo ver aqui.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – A Presidência gostaria de registrar a presença do Presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagens (Abav), Sr. Luis Strauss, e também de Andrei Bastos, do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O próximo o orador inscrito para fazer uso da palavra é o Sr. Paulo Saad, Presidente da Associação de Moradores de Santa Tereza.

O SR. PAULO SAAD – Bom dia a todos, bom dia ao Plenário, colegas presentes, bom dia à Mesa, aos Srs. Vereadores, companheiros e companheiras, de fato o que eu gostaria de solicitar mesmo aos Vereadores é que pudessem analisar a possibilidade de revisão do formato de Sessões como essa.

Eu digo porque especialmente na questão do Plano Diretor, por força do meu trabalho profissional, eu sou arquiteto e urbanista, tive presente em várias Sessões das Cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. As Sessões do Plano Diretor nessas cidades eram basicamente Audiências propriamente ditas. Ou seja, a condução era uma condução conjunta, no caso, dos Conselhos a Política Urbana e da Câmara de Vereadores. E no caso de Porto Alegre, por exemplo, foi o Conselho do Orçamento Participativo, ou seja, era uma condução combinada. Tinha-se uma presença massiva. Basicamente era audição, aquele processo de inversão a que se referia o Vereador que me antecedeu. Os Vereadores discutiam as propostas que eram colocadas na mesa pelo Plenário. Eram inclusive Audiências que às vezes levavam 6 horas, às vezes até mais, mas eram Audiências participadas até o final, com muita qualidade e muito amplas.

Aqui, um colega do empresariado, que me antecedeu, tocou num ponto chave que é a questão do Compur. A questão do Compur talvez tenha sido pela pouca participação no Compur e pela pouca participação do Compur na definição desse Plano Diretor que nós estejamos com essa Plenária com pouca participação. Talvez se o Compur tivesse sido atuante, tivesse sido mais reconhecido na produção do Substitutivo que estamos analisando, talvez essa Audiência tivesse sido também muito mais participada. Porque é uma pena que a gente esteja discutindo um assunto tão importante como o turismo, numa cidade tão importante, num momento tão importante a gente não tenha uma audição tão importante quanto merece o assunto. Então, é uma proposta de reflexão que eu faço para essa Casa, para que a gente possa ainda nesse mesmo processo vir a ter maior participação da sociedade nessas discussões.

Aproveitando a questão dos Conselhos, eu diria que é importante que os Conselhos tenham uma participação. São Conselhos basicamente consultivos. Então, os Conselhos Consultivos têm que ter uma participação da sociedade no mínimo de igual tamanho do Poder Executivo e Poder Legislativo. Por que? Porque são Conselhos Consultivos. E, às vezes, me parece muito estranho Conselhos Consultivos que tem maioria do governo. É como o governo consultasse a si mesmo, o que é no mínimo estranho. Então, eu acho que essa composição dos Conselhos, em especial aqueles Conselhos que têm a ver com a questão da Política Urbana, deviam ser revistos aqui nessa questão do Plano Diretor. Aí fala-se do Compur e de todos os Conselhos. Por exemplo, o

Conselho de Patrimônio é um Conselho que nem participação da sociedade civil tem. É um Conselho basicamente de indicações feitas pelo governo. Outros, por exemplo, como o Conselho de Meio Ambiente, que é um Conselho bem mais avançado, tem 50% de participação da sociedade e 50% de participação do governo.

Então, por que não adotar para outros conselhos a composição que existe no Conselho de Meio Ambiente? Eu acho que o Conselho de Proteção ao Patrimônio Cultural também deveria ter uma composição semelhante à dos conselhos. Então, essas são duas preliminares que eu gostaria de fazer como sugestão à Casa. Que a gente possa avançar para melhor do que a gente já conseguiu chegar.

Eu queria falar agora sobre Santa Teresa e sobre o Plano Diretor. Nós somos da Associação de Moradores de Santa Teresa, que é uma entidade que tem 28 anos de existência, e uma das construções importantes da Associação foi a Lei de Proteção Ambiental de Santa Teresa, de 1984, regulamentada pelo Decreto nº 5.050 de 1985, que existe, portanto, há 23 anos. O Plano Diretor, a proposta de revisão que está aí colocada, por incrível que pareça, propõe a mudança de curso de uma área de proteção ambiental que foi o que garantiu que Santa Teresa existisse como está hoje. Uma Legislação de proteção que, embora não tivesse sido implantada e regulamentada no limite da sua necessidade – porque, por exemplo, nós temos uma Legislação Urbanística mas não temos uma Legislação Ambiental – nós não conseguimos fazer da APA uma Área de Proteção Ambiental no seu sentido mais amplo. Foi apenas uma área que protegeu a cultura, mas não protegeu a natureza. Não houve, mesmo na questão do desenvolvimento da cultura, um desenvolvimento da regulamentação. Não houve, por exemplo, inventário de bens culturais, não houve um diagnóstico da APA como um todo, como se faz sempre em todo procedimento de APA. Não houve, por exemplo, manuais de procedimento, para que o cidadão pudesse saber como fazer para construir, não houve nada disso. Então, não se chegou a aprofundar, mas se chegou num determinado ponto que foi capaz de manter Santa Teresa como chegou até hoje, o que já foi razoavelmente satisfatório. O Plano Diretor, que a gente esperava fosse aprofundar essa questão, ou seja, exigir diagnóstico, inventário de bens naturais, taxonomistas, biólogos trabalhando a questão da área de sombreamento do Parque Nacional da Tijuca, que é amplíssima.

Eu queria só citar que o Corcovado é parte da RA de Santa Teresa. A APA de Santa Teresa inclui, por exemplo, o monumento ao Cristo redentor. Isso não é estudado, não existem levantamentos e inventários que caracterizem esses bens que a gente quer preservar. Mas é isto que a gente espera que o Plano Diretor faça, esse é o desejo de quem gosta de Santa Teresa, de quem mora e visita Santa Teresa, e não mudar toda a história. Matar a qualidade de vida, a qualidade do acesso a bens culturais que nós temos em nosso bairro. Pois bem, então, nós estamos ali dizendo naquela faixa que está colocada ali, a preocupação que nós temos com o turismo sem controle. Nós achamos que o Rio de Janeiro é uma cidade turística e deve ser explorada turisticamente, sim. O colega que me antecedeu aqui falou sobre a questão da praia, tem que ordenar a praia, mas a praia continua sendo um equipamento turístico de alta capacidade. A Feira de São Cristóvão é um equipamento turístico de alta capacidade. A

Barra da Tijuca com os seus usos estratificados do urbanismo de Lúcio Costa garante também que haja possibilidade de turismo de alta capacidade. Santa Teresa não permite isso. Santa Teresa tem ruas estreitas e sinuosas numa encosta que já experimentou instabilidade gravíssima nos anos 60 e que sofre hoje o esforço pneumático. A pressão pneumática de carros e ônibus de uma maneira que você já sente depressões constantes do pavimento, problemas graves quando há qualquer concentração de água fluvial e isso parece que não é um assunto considerado quando a gente planeja o turismo que se quer para lá. O turismo que se quer lá não pode ser um turismo de massa. Não pode ser um turismo que comprometa as questões básicas de infra-estrutura. Por exemplo, não se tem lá estacionamento, as calçadas são estreitas, o bonde passa na rua, não há lugar para estacionar carro.

Então, é basicamente um bairro aonde as atividades de turismo são altamente impactantes, causam graves problemas na infra-estrutura e na qualidade de vida de quem mora, de quem visita e de quem trabalha em Santa Teresa. Pois bem, nós fizemos essa proposta de revisão do Substitutivo e encaminhamos para os Srs. Vereadores. Encaminhamos aqui também algumas cópias, é uma pena que eu não pude deixar para todo mundo.

Eu queria concluir dizendo o seguinte: o Rio tem um povo acolhedor, todo mundo sabe disso. Búzios que eu conheci quando ainda era uma vila de pescadores, sempre teve um povo muito acolhedor. Hoje, se você vai a Búzios, depois do descontrole, da sobre-utilização de Búzios como espaço turístico, o povo de Búzios já não é tão acolhedor. A mesma coisa eu vivi em Parati. Também vivi a mesma coisa em Salvador, citando exemplos do Brasil. O povo de Salvador era superacolhedor, sempre foi. Eu conheci Salvador nos anos 70, fui lá várias vezes, trabalhei lá com o saudoso Paganelli, no Projeto do Pólo Camaçari. Pois bem, hoje o povo de Salvador é um povo que pelo menos já não é tão acolhedor quanto era antigamente. Isso é visível nas relações que eles têm com os turistas. É visível isso. Nós não podemos deixar que isso aconteça no Rio de Janeiro. Então, é preciso dimensionar onde há possibilidade de turismo de alta capacidade, que se trabalhe nesse sentido. Onde não há, que se controle. Numa área de proteção ambiental, o controle do turismo existe em todo lugar do mundo e inclusive em vários lugares aqui no Brasil. Então a possibilidade de limitação de meios de hospedagem... O pólo gastronômico – como disse o Vereador ali que me antecedeu – que é um instrumento de incentivo ao desenvolvimento de determinada atividade, no caso de Santa Teresa é desastroso.

É desastroso desenvolver atividade comercial de restaurante em Santa Teresa. Recentemente, eu fui levar minha mãe na Rua Aprazível, aonde eu morei – por ocasião da Semana Santa -, porque ela queria ver a minha casa, onde eu morei, não consegui chegar lá, não consegui fazer a minha mãe saltar do carro, porque tem um restaurante que estava tão invadido, tão ocupado, de carros estacionados, trânsito, engarrafamento, que eu tinha que parar 100 metros antes e levar a minha mãe a pé, que não pode andar 100 metros, para ver a minha casa. Quer dizer, eu não pude, no meu bairro, levar a minha mãe para ver a minha casa, onde eu morei, que ela era apaixonada, porque eu não tinha como parar em frente à minha casa, porque um restaurante engarrafa a rua inteira.

Então, não é possível porque assim como Botafogo tem uma capacidade de aceitação grande, o Centro da Cidade, vamos desenvolver o Centro da Cidade, que tem uma estrutura e uma infra-estrutura subutilizada. As noites ninguém usa essa infra-estrutura, nos fins de semana ninguém usa essa infra-estrutura. Este é o lugar que tem um patrimônio cultural imenso, uma capacidade de absorção de turismo de massa, e está aí subutilizado no Centro da Cidade nos fins de semana. É este centro, é a Lapa, que tem que absorver esse turismo de alta capacidade, e não Santa Teresa. Santa Teresa não cabe, não tem condições, é desastroso de fato. Então, essa era a mensagem que eu queria trazer aqui, eu queria agradecer o espaço que nos deram e pedir que os senhores possam olhar a nossa proposta que está aí escrita, objetiva, que é o item 5 do anexo 3 e o item Santa Teresa, no anexo 7. Por favor, olhem com carinho e

atendam as nossas solicitações, e nós, certamente, vamos saber reconhecer aqueles que nos apoiaram.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – Apenas a título de esclarecimento a Presidência gostaria de dizer que foram emitidos 150 convites, convidando diversos segmentos da sociedade para participarem hoje desta Audiência Pública. E o próximo inscrito para fazer uso da palavra é o Vereador Átila Nunes Neto.

O SR. VEREADOR ÁTILA NUNES NETO – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente.

Vou-me ater aqui aos cinco minutos e pontear três itenzinhos, falar um pouquinho sobre o turismo de negócios, que ainda não foi abordado, ao meu ver, de forma incisiva, até porque é difícil as pessoas terem dimensão da importância disso para uma cidade como Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, por diversos anos, é o maior pólo de atração de grande eventos internacionais nessa área. Isso é uma coisa que a gente tem que olhar com muita atenção. É um mercado que, para a Cidade do Rio de Janeiro, pode vir a ser tão importante ou mais, por exemplo. Determinados eventos podem ser até mais importantes do que carnaval, eventualmente, ou mesmo o Ano Novo. Então, olhar isso com muita atenção, com muito carinho.

A gente tem alguns movimentos, dos últimos anos, nesse sentido, de apoiar e incentivar esse tipo de segmento aqui na cidade. A gente tem que olhar com atenção, no Plano Diretor. A gente tem a constituição aqui no Rio Cidade Nova, aqui do lado, e o Paulo Bastos até teve um trabalho muito importante nisso.

Polêmica à parte, a gente tem a concessão do Riocentro, que também, de certa forma, vem a intervir nessa matriz. E, por isso mesmo, eu queria lembrar aqui à Comissão de Turismo que a gente deveria dar muita importância ao trabalho de monitoramento por parte da Secretaria de Turismo nesses bens concedidos, seja o Riocentro, seja o Rio Cidade Nova, que é uma relação Público-Privada. Ali foi feita uma parceria Público-Privada e espero que a gente venha a atuar de forma ativa, a gente, que eu digo, a Prefeitura do Rio de Janeiro, o povo da Cidade do Rio de Janeiro, através da Prefeitura, na fiscalização e monitoramento desses bens concedidos. Isso é fundamental para saber se esses empresários que receberam esses bens estão cumprindo as etapas prometidas, contratadas. Então, é fundamental. A gente provavelmente vai ter a concessão do João Havelange; a gente provavelmente vai ter a concessão da Arena Multiuso, e também foi salientada pelo Paulo a importância da Arena na Cidade do Rio de Janeiro. O fato, são bens muitos deles bancados pela iniciativa pública que vão ser concedidos, vamos dizer assim, mantidos, de certa forma, pelo capital privado, mas aquele bem pertence a todos nós, pertence à Cidade do Rio de Janeiro. Então, é fundamental a gente acompanhar.

Um outro ponto que eu queria salientar aqui e sugerir à Comissão é que eu estou preparando um substitutivo – a gente podia analisar isso com mais calma –



, para a criação de um fundo de desenvolvimento do turismo, fundo esse que não está previsto no Plano Diretor. A gente tem outros fundos previstos ali, mas a gente não prevê no Plano Diretor a criação desse fundo. É fundamental a criação de um fundo, fundo esse que poderia ser utilizado em investimento de equipamentos novos, no desenvolvimento de transporte direcionado ao turismo, no treinamento e na reciclagem de profissionais de turismo, enfim, um fundo que poderia, de certa forma, atender não só à iniciativa particular como à iniciativa pública, no sentido de promover o turismo na Cidade do Rio de Janeiro. Então, fica aqui a minha sugestão. Eu estou preparando esse substitutivo para a gente incluir isso.

Tem a questão da fonte, de onde seriam as fontes, quais seriam as fontes para a geração desse fundo. Eu até conversei com o Felipe sobre isso. A gente poderia criar esse tipo de fundo para a turismo do Rio de Janeiro e não só o conselho. Às vezes você tem o conselho mas o conselho sobre o quê? Tendo também um fundo, ele pode ser reaproveitado na Cidade do Rio de Janeiro incentivando o turismo. Talvez venha a ser o mais eficaz no Plano Diretor.

É só isso que eu queria dizer.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – A Presidência agradece as sugestões do nobre Vereador Átila Nunes Neto, em nome de toda a Comissão de Turismo, em nome do Vereador Carlo Caiado, em nome do Vereador Stepan Nercessian.

Suas sugestões serão registradas não só nos Anais desta Casa como também na Comissão de Turismo do Rio de Janeiro.

A Presidência chama o próximo orador inscrito, o Sr. Luiz Kutwak, representante da Associação de Moradores do Recreio dos Bandeirantes.

O SR. LUIZ KUTWAK – Boa tarde, Srs. e Sras. Vereadores presentes, membros da Comissão, Vereador Théo Silva, Vereador Carlo Caiado e Vereador Stepan Nercessian, Vereador bailarino que é a cara do Rio, que está sempre mostrando como é a nossa cidade. Ele é uma das caras do Rio. Sou um seu admirador. O senhor está na Comissão correta.

Assim como ontem, na Audiência Pública da Comissão de Transportes, à qual eu estive presente, quero cumprimentar a Comissão que criou o Plano Diretor pela publicação convocando a sociedade a comparecer às Audiências Públicas. Pela primeira vez vejo essa publicação em jornais de grande circulação, o que faculta a nós, da sociedade civil, comparecermos às mesmas. Então, vocês estão de parabéns por isso, pelo espírito democrático de colocar a sociedade nesta Casa.

Fiz alguma anotações. Realmente não tive acesso ao Substitutivo nº 3. E então, vou fazer alguns comentários pontuais sobre o que está ocorrendo nessas Audiências Públicas. Entendo eu, como já falou um Vereador, que os Vereadores têm a oportunidade de, nas Comissões, fazerem as suas alegações. Então, cabe mais aos Vereadores ouvirem a sociedade e, ao final, responderem o que disso podem obter de proveito.

Em que pese a brilhante apresentação do Subsecretário de Turismo, ele ocupou 50 minutos do tempo, com mais 50 minutos de atraso porque é comum, aqui na nossa cidade, se planejar tudo para começar na hora e o que acontece?

Uma hora antes testa-se o som e, na hora de começar, faz-se um, dois, três e o microfone pifa. Qualquer atividade aqui na nossa cidade é assim: um, dois, três, teste, um, dois, três, e pifou. Aí atrasa por uma hora.

Então, eu queria só dar um exemplo oposto: há uns 10 anos eu fui à Disney e eu ainda não tinha sido operado do coração. Eu sou safenado. Lá ocorreu o seguinte: no primeiro dia no parque, às 16h 30, saiu uma bandinha e começou a circular por onde estavam os turistas. No dia seguinte, já passando mal, eu, querendo aproveitar a viagem em que estava, sentei-me numa cadeira de rodas. Lá, basta uma pessoa sentar-se em uma cadeira de rodas – e não precisa mostrar o cartão do INSS – que a educação e a cultura indicam que, se aquela pessoa está sentada numa cadeira de rodas, ele é um deficiente. Então, ele tem o privilégio de entrar primeiro em qualquer atividade. Segundo, ele paga quatro dólares pela cadeira. Se ele a devolver no local onde a pegou, ele recebe um dólar de volta, ou ele deixa lá onde ele quiser e vai embora. Depois, eles vão lá e recolhem a cadeira de volta. No dia seguinte, às mesmas 16h 30, a bandinha saiu. Então, é fundamental para o turista que os horários sejam cumpridos porque se faz a programação das atividades dizendo que o espetáculo da orquestra tal vai começar às 21 horas. Aí, chega no dia, na hora em que o Maestro vai levantar a batuta, o microfone não funciona. Aí, começa às 22 horas. Então, é fundamental o cumprimento do horário.

O outro exemplo que eu quero dar é sobre preservação. Eu estive em Pisa, na Itália, onde só tem uma Igreja com um batistério e a torre. E eu, como engenheiro civil de formação – hoje sou advogado – na visita ao mosteiro e à torre, não pude ter acesso porque, na época, estava proibido o acesso à Torre de Pisa porque ela estava ameaçando cair. Então, eu dei a volta e fui olhar por trás a Torre de Pisa. Vocês precisavam ver o volume de concreto que estava escorando a torre e não aparece em nenhuma foto a Torre de Pisa pelo lado de trás. Por quê? Porque a imagem da torre é aquela mesma, inclinada.

Então, eu falei para a minha mulher: “Se isso fosse no Rio de Janeiro, com certeza já tinham demolido a Torre de Pisa”. Então, esse é outro problema cultural: não se preservam os monumentos da cidade e os bens particulares que formam, hoje, alguns corredores culturais. Esse é outro exemplo que eu queria dar.

Agora, em relação ao que o Subsecretário falou, eu sugiro que as próximas autoridades que venham tragam *folders*, porque a gente lê antes, e uma prestação de informações que dura 50 minutos pode durar 15 minutos. E permitir, então, que o público possa se manifestar.

Agora, eu quero falar em relação à nossa cidade: queria sugerir que o nome não fosse “Rio Hospitaleiro” porque corremos o risco de algum grafiteiro apagar o “E”, o “I”, o “R” e virar “Rio Hospital”. Eu sugiro que seja “Rio Sorriso”, que dá mais sentido ao aspecto cordato que tem o povo carioca em receber o turista. Sobre aquilo que o colega de Santa Teresa falou, eu não tenho medo. Eu, como carioca com todo o sacrifício – nasci na Cruz Vermelha – que a gente tem com o problema de segurança, a qualquer turista eu dou apoio. Eu arranho um pouco no inglês, arranho no espanhol e oriento. Então, eu acho que na nossa cidade, pelo próprio espírito do carioca, isso não vai acontecer.

Outro aspecto importante que causa mal-estar ao turista é o problema do lixo. Então, é preciso uma integração da Secretaria de Turismo com a Comlurb nesses

locais dispostos à visitação pública, etc., para que haja uma manutenção, como é feita no Carnaval. Acaba uma Escola de Samba, a Comlurb não passa e limpa toda a pista? Esses locais devem ter uma manutenção preventiva obtida nesses eventos que o Vereador Carlo Caiado falou e que realmente devem constar de um *folder*. Então, seria uma idéia de preparar esses locais no sentido de dar uma melhor visão para o turista.

Outro aspecto em relação ao turismo, que é necessário, é quanto à proteção do turista, por exemplo, que vai ao Corcovado hoje. Há verdadeiros marginais flanelinhas, tem o explorador taxista pirata, e os turistas ficam sujeitos a essa questão. Não há, nesses locais turísticos, ninguém da Secretaria de Turismo que possa dar uma orientação.

Outro aspecto que eu quero levantar é o de placas indicativas desses locais turísticos. A gente vê na Europa a bandeira do país, que aqui seria a bandeira brasileira; uma bandeira inglesa, com o texto em inglês; uma bandeira francesa, escrito em francês e uma de língua espanhola, pode ser Espanha, Argentina, o que seja, com o texto escrito em espanhol, para o turista ter conhecimento daquilo. Seria útil termos uma placa com as quatro faixas, o que a gente não também não vê na cidade.

Outro problema: os corredores culturais devem ser integrados pela Secretaria de Turismo. Outro: a exploração da Zona Portuária que o Secretário falou. O maior exemplo que nós temos é de Porto Madero, na Argentina. Eu, como estudante de Engenharia, há 40 anos estive lá como hospede no cais, fiquei lá a dois graus abaixo de zero, na época. Voltei anos depois e vi a maravilha que é Porto Madero com a exploração turística daquela Zona Portuária.

Sugiro que a Secretaria instale *stands*, quiosques turísticos com *folders* em pontos da cidade. Não sei se eu vou acertar, mas pouca gente sabe que a Secretaria de Turismo – o Subsecretário pode me corrigir – fica no Edifício Cândido Mendes, na Rua da Assembléia, nº 10. É verdade, Secretário? É isso? Poucos cidadãos cariocas sabem que a Secretaria de Turismo, onde podem ser obtidos os *folders*, as informações, fica lá. Poderiam colocá-los, como é na Europa também, nos quiosques turísticos, porque o turista não vai se deslocar lá da Barra da Tijuca para vir aqui no Centro da Cidade para apanhar *folders*. Então, nos quiosques da praia, poderiam fazer, então, essa divulgação.

Outro aspecto para os turistas que não têm muitos recursos, os de países sul-americanos que vêm ao Rio, e nós próprios cariocas sofremos com isso: não há o mapa indicativo nos pontos de ônibus de onde o turista está e para onde ele pode ir. Se os senhores parecem hoje no Barrashopping, há quatro abrigos de ônibus e nenhum deles indica qual o percurso que o ônibus vai fazer.

Eu, como carioca – e mora hoje no Recreio dos Bandeirantes – tenho que ficar correndo de um abrigo para outro; não há essa indicação. Então, sugiro a indicação dos mapas como o Metrô faz nas estações, que atende ao turista, indica as estações já em inglês, favorecendo o turista.

E, por fim, estou trazendo para entregar ao Presidente uma relação de bens tombados. Na nossa Associação estamos estudando o Plano de Estruturação Urbana e me preocupei em levantar os bens tombados urbanos devido à ocupação desordenada de moradias em volta desses bens.

Então, aqui está em vermelho tudo que pertence a AP-4. Apenas a título de justificativa, eu queria ler só um bem tombado que existe na área do Recreio dos

Bandeirantes, que é a Pedra de Itapoã. A Secretaria de Turismo pode explorar esses locais como pontos turísticos. Claro que vai favorecer o nosso bairro e a própria cidade. Por exemplo, Pedra de Itapoã – eu descrevo aqui, fiz esses levantamentos:

(LENDO)

Localizada na Praia do Pontal de Sernambetiba (lotes 1 e 2 da quadra 61 da Estrada do Pontal nº 855), compreendendo uma área de um círculo de raio igual a 50,00 m cujo centro está situado no ponto culminante da mesma. Fica considerada zona especial de proteção a este monumento, a área compreendida entre o círculo referido anteriormente e outro círculo concêntrico de raio igual a 70,00 m.

(INTERROPENDO A LEITURA)

Agora vou explicar aos presentes o que é essa pedra.

(LENDO)

Neste local, em 1710, os franceses desembarcaram para se apoderar da futura Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, então fundado por Estácio de Sá. Nessa tentativa, foram os invasores repelidos e expulsos, passando daí em diante aquele local a ser considerado Patrimônio Histórico e, como tal, pertencente ao Patrimônio Histórico Nacional. Como prova dessa tentativa, existiam ali vários canhões deixados pelos franceses e que foram recolhidos pelo Exército em 1942 por ordem do Ministro da Guerra naquela época.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Vou fazer a entrega, então, desse dossiê ao Secretário, ao Presidente da Comissão. Gostaria que passasse cópia aos demais componentes. Quero pedir, solicitar encarecidamente que, nas próximas reuniões, às quais devo comparecer, se desse prioridade ao público para fazer as suas alegações e depois, então, os Vereadores falarem.

Muito obrigado e bom dia a todos!

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – A Presidência gostaria de registrar a presença da nobre Vereadora Andrea Gouvêa Vieira e também reiterar, mais uma vez, o pedido para que tanto os Vereadores quanto os líderes comunitários, os Presidentes de Sindicatos e Associações aqui presentes se limitasse ao tempo de cinco minutos para fazerem uso da palavra.

O próximo orador inscrito é o Vereador Rubens Andrade.

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE – Senhores e Senhoras presentes aqui nessa Audiência Pública, Sr. Presidente da Comissão de Turismo desta Casa, demais Vereadores:

Quero primeiro pautar lembrando alguns aspectos, porque senão nós vamos zerar a participação das pessoas nessas Audiências Públicas. Se a cada momento a gente levar a Audiência para o lado negativo, daqui a pouco nós vamos estar em crise, perguntando o que nós estamos fazendo aqui. É óbvio que divergências existem, mas a cada Audiência Pública que eu tenho participado aqui e se nós contabilizarmos cada momento por marcação de posição, nós não conseguiremos avançar concretamente no que precisamos discutir a cada tema. Quero parabenizar os representantes de Santa Teresa que estão aqui em todas as Audiências, o representante da Associação do Recreio que acabou de falar, os Vereadores que tenho visto aqui presentes, se esforçando em todas as Audiências. Estou na minha terceira agenda hoje, desde as 7 horas trabalhando na rua, e as pessoas estão acompanhando pela televisão esta Audiência. Isso é uma forma de participação. Ontem mesmo sugeri que a página da Câmara na *Internet*, (só queria ter esse desconto de minutos para a gente ter um rumo de discussão), já está recebendo proposições da sociedade. E mais, os Vereadores foram eleitos pela população. Ano que vem tem eleição. Se as pessoas acham que os 50 Vereadores que aqui estão não representam a sociedade que aqui está, vamos alterar; assim como o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, que completa um ciclo de 16 anos. Então, nós temos que saber se estamos errados ou não; mas quero discutir o Plano Diretor, em que pesem todos os problemas e todos os caminhos e métodos. E o Plano Diretor, senhoras e senhores, vou voltar a falar aqui, sem presunção de ser o dono da verdade, é o Plano Diretor Decenal. Nós estamos discutindo algo que vai transcender a atual gestão do Prefeito e ainda vai pegar de 2009 ao final de 2012 – uma outra gestão, e depois até 2013, assim completando 10 anos. E nós precisamos discutir.

Há problema de operacionalidade? Existe. Tanto ontem como hoje, penso e volto a falar aqui ao Relator da Comissão de Revisão do Plano, seria interessante que as propostas do Executivo pudessem ser publicadas no DCM com uma maior antecedência para que todos pudessem estudar. Por quê? Eu vou discutir nesse primeiro momento os próximos 10 anos, mas quero tratar de questões: ontem foi sobre o transporte, que é de operação, que é o dia-a-dia para que eu possa chegar no resultado de 10 anos. Por quê? No projeto apresentado diz que em 10 anos o turismo do Rio cresceu três vezes mais. E o que a Prefeitura está propondo para os próximos 10 anos? Primeiro, que o Rio seja considerado um dos 10 melhores destinos do mundo. Isso será possível, factível com a atual operação do modelo turístico que nós temos em nossa cidade? Eu quero dizer o seguinte: não creio que seja possível nos próximos 10 anos manter esse modelo de operação dos serviços públicos em nossa cidade, isto é, nós chegarmos entre os 10 melhores roteiros do mundo. Mas, a visão da Prefeitura que é proposta aqui será de que nós passaremos de 2006, que são 6,37 milhões de turistas em nossa cidade, para 25 milhões de turistas. Nós precisamos recuperar em nossa cidade a infra-estrutura da rede hoteleira, equipamentos culturais que são uma vertente do turismo. Nós temos muito isso, Capital Cultural e tal, mas está se esvaziando cada vez mais. E aí precisamos discutir como vamos viabilizar isso. Tendo essa preocupação, eu fui autor do Projeto de Lei nº 308/2005, que

estabelece o Conselho Municipal de Turismo em nossa cidade que não existia. Foi vetado pelo Poder Executivo e nós derrubamos o veto, promulgamos, mas pasmem, os senhores e o Sr. Subsecretário, a relação do Executivo com esta Casa é muito fria e distante e as pessoas precisam entender isso. Porque não dizer: Vereador Rubens Andrade, seu projeto é um delírio, nós queremos participar do Conselho Estadual, o Rio não precisa... Dê algum argumento, vamos discutir. Vocês precisam entender a relação do Executivo com a Câmara: não é das melhores, acho que é uma das piores... É muito fria e distante. Poderíamos chegar a discutir, fazendo alegações: por que o projeto seria um delírio? Por que desejaria participar ainda do Conselho Estadual? Ou por que o Rio de Janeiro não precisaria?... Mas dê algum argumento, vamos discutir com a Câmara. Por que o Executivo entra com ação de inconstitucionalidade 107/2006, arguindo a inconstitucionalidade na Justiça, contra a criação do Conselho Municipal de Turismo? Só estou informando aos senhores. Mas não é a questão central do Debate, hoje, a minha presença nesta discussão. Espero que, no final, o Subsecretário possa conversar sobre isso. É algo que, como Vereador da Cidade do Rio de Janeiro, não consigo compreender. Escuto aqui quase que em consenso – e não vejo nenhuma contraposição do Executivo – a implantação de um Conselho. Tem algo complicado nessa relação.

Mas tratemos da operação em nossa cidade. Em novembro de 2006, na chegada no Terminal 1 do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, havia, no quiosque de informações, um papel como este, colado no quiosque, estande ou loja, que nome for, do órgão específico, para dar a quem chegasse, do Exterior ou de outros estados, com informações em manuscrito. Em novembro de 2006 aconteceu isso! Espero que o problema tenha sido corrigido. Não é uma crítica ideológica ou partidária. Tem algo que precisamos ajustar, que não é questão de Orçamento, mas de operação.

Em segundo lugar, foi falado sobre os equipamentos turísticos e culturais da cidade. A maioria dos que fazem uso desses equipamentos é carioca e fluminense. Vamos tratar também dos nossos irmãos brasileiros que moram em outros estados. Precisamos de objetividade, de uma interface com outras unidades para concessão, ou equipamentos para que possamos entender por exemplo, o motivo pelo qual a Feira de Tradições Nordestinas, de São Cristóvão, tem um público maior do que o Corcovado. O custo para acessar o Corcovado é muito alto para os cariocas. É um absurdo! O Pão-de-Açúcar também. Falo de volume de negócios. Quem é do setor entende o que falamos aqui. É algo absurdo! Que eu saiba, até então, em dezembro quando estive na Feira de São Cristóvão, passei na roleta sem pagar nada! É um público distinto, mas estamos falando de atividades turísticas. É um equipamento em que certamente você terá uma presença maior de turistas.

Outra questão: no turismo lidamos com público. Os cariocas enfrentam os mesmos problemas que os turistas enfrentam, ao longo da orla, no entorno dos equipamentos culturais, quando tentam estacionar seus veículos. Vem o flanelinha, que nem é mais o flanelinha do passado, historicamente na cultura do carioca, mas é uma taxa paga por quem transita pela cidade. Precisamos de uma interface com Guarda Municipal e com Órgãos de Iluminação Pública. Quem for à Praça Tiradentes, ao teatro, entenderá o que quero dizer. Precisamos de iluminação, Guarda Municipal não só à frente dos equipamentos, como por exemplo no Teatro Carlos Gomes, mas, também no entorno, para acessibilidade. Mas ainda: algum representante de Santa Teresa disse que tem espaços que comportam grandes atividades. Precisamos estudar melhor isso. Quem lembra, quando há aproximadamente 10 anos, liberaram uma micareta ao longo da Orla da Barra? Foi uma tragédia! Destruíram os canteiros centrais e as calçadas. Muitas vezes, o que na teoria pode ser possível, na prática torna-se inviável. Estou dando esse exemplo porque foi algo que marcou profundamente. Nós podemos, muitas vezes, ter nossa concepção, mas efetivamente é uma tragédia para a realidade da nossa cidade. Outra questão importante para o Turismo, mas que precisamos ter um trato e uma relação melhor, surge no período do final de ano e com o início do ano próximo: são os blocos carnavalescos. As atividades pré-carnavalescas deverão ser de forma harmônica, em paz. Outra questão: vi que o Plano Diretor reconhece, já que comecei tratando disso na operação, em que o próprio relato do Plano da Prefeitura aponta, para essa grande dificuldade de chegarmos aos 25 milhões de turistas, daqui a 10 anos. Porque, a rede de informações, a sensibilidade, a comunicação para que os turistas possam chegar e circular em nossa cidade ainda é precária. Quero, parabenizar a Prefeitura, que reconhece isto como um entrave para chegarmos a essa meta. E para concluir – dando uma contribuição aos representantes – que não consegui localizar no Pólo de Turismo no Centro, um equipamento, a antiga Casa da Moeda, hoje recuperada... e se não me engano, o Arquivo Nacional, ali no Campo de Santana, que tem que ser incorporado. Ou talvez deveria ser no Rio Antigo, por ser mais apropriado pela proposta de pólo... não recordo se fiz uma leitura superficial, mas penso que aquele equipamento deverá ser incorporado, já que está próximo ao antigo Palácio Itamarati. Fica aqui a sugestão para todos os Vereadores, todos os Deputados Estaduais, toda a bancada de Deputados Federais, todos os Senadores que representam nosso estado, todas as lideranças

políticas, empresariais, culturais, religiosas, têm que assumir: nós precisamos retomar os vôos internacionais do Aeroporto Internacional Tom Jobim. É um mito, é uma falácia, é um engodo, quando se coloca que São Paulo tem mais passageiros que o Rio de Janeiro. Desde o ano passado venho trabalhando, me reunindo com a Infraero, com o Conselho das Empresas Aéreas e, recentemente, com o próprio Secretário de Turismo, que assumiu essa bandeira também. Nós temos o aeroporto internacional estruturado, que é a porta de entrada do Brasil. Se não me engano, 10 anos atrás, eram 40%, quando leio aqui hoje que reduziu para menos de 35%, ou 38%, a entrada em nossa cidade dos turistas, penso que temos que nos unir. Precisa ser a porta de entrada e de saída. Isso é comprovado com dados.

Então, quero deixar essa contribuição aqui, num Debate franco, aberto, para que possamos chegar à meta daqui a 10 anos, ou também podemos chegar à conclusão de que não precisamos de turistas. Também podemos chegar a esta conclusão. Fecha-se tudo, transforma em apartamentos, e vamos viver bem, etc e tal. Podemos chegar a essa conclusão. Mas a viabilidade desse projeto tem que partir desta discussão. E todos nós aqui estamos de parabéns, porque estamos presentes e estamos dando nossa contribuição. Mais uma vez quero dizer que, comparando com o Plano Diretor de 15 anos atrás, essa é uma área que deixou a desejar em 1992, e Plano Diretor é Plano de Revisão. Temos que revisar e assumir. O Plano Diretor em 1992 deixou a desejar na área de turismo – é só os senhores lerem o Substitutivo que avança um pouco, mas diz apenas o cumprimento no final desse Plano.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – A Presidência gostaria de registrar a presença do Vereador Dr. Carlos Eduardo, da Vereadora Cristiane Brasil, da Vereadora Lucinha e do Vereador João Cabral. Da mesma forma, registramos a presença do Grupo Força Comunitária, da Vila Kennedy, em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Mais uma vez eu gostaria de ratificar o pedido pois o nosso tempo já está mais do que extrapolado, devido ao prazo regimental. Eu gostaria de fazer esse pedido ao próximo orador inscrito para fazer uso da palavra, o Prof. José Artur Oliveira, Coordenador do Ciezo – Conselho das Instituições de Ensino da Zona Oeste.

O SR. JOSÉ ARTUR OLIVEIRA – Senhoras, Senhores, boa tarde. Como já foi dito, sou o Prof. Artur e represento aqui o Ciezo, o Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste. O Ciezo representa as sete Instituições da região: Faculdades São José, Universidade Castelo Branco, Faculdades Simosen, Centro Universitário Moacir Bastos, as Faculdades Bezerra de Araújo, Faculdade de Filosofia de Campo Grande e a Faculdade Machado de Assis. Em especial, a Faculdade Machado de Assis mantém um curso superior de turismo.

Nós estamos falando da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, que representa metade do espaço físico da Cidade do Rio de Janeiro. E, o que é mais importante, a Cidade do Rio de Janeiro é obrigada a prosseguir no sentido da Zona Oeste. Inexoravelmente, a Cidade do Rio de Janeiro tem que caminhar



para a Zona Oeste que é o único lugar onde existe espaço disponível e um sítio adequado. Nesse aspecto, também eu gostaria de chamar a atenção para a proximidade do Pólo Siderúrgico de Itaguaí que deve fornecer cerca de 50 mil empregos diretos nos próximos cinco anos! Nós sabemos que 50 mil empregos diretos representam cerca de 350 mil empregos indiretos, que dá um total de 400 mil novos empregos, numa expansão extraordinária dessa região!

Observei atentamente as palavras do Subsecretário de Turismo Paulo Bastos e gostaria de cumprimentá-lo pelo conhecimento. Gostaria também de cumprimentar os Vereadores da Zona Oeste porque, praticamente, os vi todos aqui. Se os Vereadores desta Casa tivessem o hábito dos Vereadores da Zona Oeste, certamente esse Plenário estaria sempre cheio porque a Zona Oeste me pareceu muito bem representada aqui. Todos eles, eu os conheço, tive a oportunidade de rever.

Gostaria de acrescentar ao Subsecretário Paulo Bastos um pequeno dado. O pior IDH da Cidade do Rio de Janeiro é o de Pedra de Guaratiba. O IDH de Pedra de Guaratiba é qualquer coisa em torno de 0,345. Nós sabemos que o maior IDH está em torno de um. Então, o IDH de Pedra de Guaratiba é o mais baixo da Cidade do Rio de Janeiro. E, lá naquela região de Pedra de Guaratiba, existe um *cluster* de turismo que me parece que não está sendo aproveitado. Em torno do Sítio Burle Marx, uma referência internacional em se tratando de paisagismo, se desenvolveu um *cluster* de paisagismo. Em torno desse *cluster* de paisagismo, há dois pólos gastronômicos extremamente importantes, o pólo gastronômico de Barra de Guaratiba e o pólo gastronômico de Pedra de Guaratiba que, somados ao pólo paisagístico de Ilha de Guaratiba, dá àquela região uma potencialidade extraordinária. Eu gostaria de acrescentar e colocar à sua disposição o Ciezo, esse Conselho que reúne sete instituições nativas, certamente conhecedoras daquela região. É importante que se entenda que só se pode promover o desenvolvimento se levar-se em consideração as especificações regionais. A Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro é bastante específica e promissora. Portanto, quero colocar o Ciezo à disposição desta Casa para que possamos, efetivamente, motivar aquela região.

O último item que eu gostaria de acrescentar, já que eu quero me ater ao tempo, coisa que praticamente ninguém fez antecedendo a mim, é a questão da Mocidade Independente de Padre Miguel. Nós queremos mostrar que a Zona Oeste tem samba também e isso aqui não foi colocado e representa uma oportunidade extraordinária em termos de turismo.

Muito obrigado pela atenção de todos.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – O próximo orador inscrito é a Vereadora Silvia Pontes.

A Presidência gostaria de registrar a presença do nobre Vereador Jerominho e do nobre Vereador Eliomar Coelho.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Boa tarde. Eu vou concordar com o nobre Vereador Rubens Andrade, mas vou dizer para ele que é para diminuir um pouquinho a fala, porque uma vez que ele falar um pouquinho

menos, sobra um pouquinho mais para cada um. Brincando com ele, eu acho que realmente os Vereadores tem que colocar o seu posicionamento. Ontem, por exemplo, me senti prejudicada na Audiência de Transportes quando o nosso colega Presidente da Comissão avisou que eu teria dois minutos impreterivelmente. Então, na verdade, eu acho que até vai como sugestão, eu fiz ontem e vou continuar falando hoje, uma Audiência Pública com relevante importância como se dá essa do Plano Diretor, eu acho que não tinha que ser nesse horário. Tinha que ser o dia inteiro e, então, ficaria aberto às segundas e sextas-feiras de 9 às 17 horas, e as pessoas que tivessem interesse, viessem falar. A minha amiga de Santa Teresa fez um comentário, e até para se fazer tipo um bate-bola, onde as pessoas que viessem representar a sociedade falassem e os Vereadores e os representantes dos órgãos do Executivo pudessem falar. Então, fica uma coisa assim: dois minutos. Imagina se eu vou conseguir falar nesse momento, que não é nem cinco minutos mais.

Eu vou ler rapidinho, porque eu ia fazer um comentário, mas como não tem mais tempo, mas eu acho que é de suma importância, com relação a:

(LENDO)

“Subseção I - Dos objetivos:

A atividade do Turismo é tratada como uma das possibilidades da atividade econômica. Sendo estratégica para o desenvolvimento do município”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Então, a minha sugestão é dotar o Plano Diretor de mecanismos que possibilitem algumas ações concretas da Prefeitura, como a dinamização do Patrimônio Turístico, em especial na relação com o meio ambiente e com a Guarda Municipal.

Eu me refiro a isso, dou um exemplo: eu convivo muito ali na Vista Chinesa, Mesa do Imperador. Eu faço remo e corro ali. Você vê que é um próprio que não é municipal, é federal, mas é totalmente abandonado. Eu fico imaginando um turista chegando na Cidade do Rio de Janeiro e se deparar com o caos que é a Vista Chinesa, a Mesa do Imperador.

Uma outra questão que eu gostaria de falar, só para fechar, é falar o que eu acho que é mais importante. Existe um Plano de Turismo da cidade feito pelo Executivo, pela Secretaria. Então, eu sugiro que esse plano feito pela Secretaria de Turismo venha para cá, para a Câmara, para ser debatido com os Vereadores.

Quero parabenizar o Paulo pela explanação que ele fez, mas eu acho que é de suma importância que os Vereadores conheçam esse plano turístico para a cidade, feito pelo Executivo. E como não tenho mais tempo, um abraço para todos e a gente discute depois.

(PALMAS)

Só um minuto, que eu me esqueci porque eu vi o Vereador Rogério Bittar falar do Engenho, e eu participei ano passado, quando eu era da Comissão de Esportes e Lazer. O Engenho, Vereador Rogério Bittar, está havendo estudos

na Secretaria de Fazenda, que estão fazendo junto com a Secretaria de Esportes. Para usar esses espaços que estão sendo feitos, existe uma preocupação com o legado. Então, é feito um consórcio, onde vai apresentar, depois de acabar o PAN, para empresas privadas, para clubes, para serem utilizados da melhor forma possível. Então, não se preocupe que esses empreendimentos do PAN não vão ficar...

Ah, então desculpe.

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – O próximo orador é o Vereador Romualdo Boaventura.

O SR. VEREADOR ROMUALDO BOAVENTURA – Senhor Presidente desta Comissão, nobre Vereador Vereador Théo Silva, Srs. Vereadores presentes, autoridades da área do turismo aqui presentes, senhoras e senhores. Eu gostaria de me posicionar absolutamente contra o posicionamento do Vereador Rogério Bittar, quando fez uso da palavra, no que diz respeito à participação do Subsecretário, porque em várias oportunidades, em várias Audiências Públicas que aqui tivemos, foi muito criticada a ausência do Poder Executivo, para colocar as suas linhas e as suas diretrizes. Isso foi amplamente discutido e muito debatido. Na verdade, Vereador Rogério Bittar, quando o Subsecretário vem para cá, expõe e coloca o planejamento e o que foi executado ao longo desse período pelo Poder Executivo, certamente ele contribui para o Plano Diretor Decenal, porque sinaliza qual é a política que o nosso governo está implementando na cidade com relação ao turismo e qual é a linha que nós queremos para o desenvolvimento do turismo na cidade.

Então, a contribuição do Subsecretário foi substancial e era um reclamo permanente dos Vereadores nas diversas Comissões que aqui fizeram as suas Audiências Públicas. Então, eu não posso concordar que o Subsecretário tenha feito aqui apenas propaganda do governo. Ele colocou aqui quais foram as políticas públicas executadas pelo Poder Executivo do Município ao longo desse tempo. E isso sinaliza para o que queremos para o Município no futuro. Nesse contexto, eu queria dizer que a participação do Subsecretário foi fundamental. Por outro lado, gostaria de fazer coro com o nobre Professor com relação à minha contribuição. Muitos já falaram sobre tudo, sobre política de turismo, todos deram várias contribuições, mas queria enfatizar minha contribuição para o Plano Diretor, com relação ao potencial e ao desenvolvimento turístico da Região Oeste do Rio de Janeiro. Hoje, nós temos um corredor imenso em Santa Cruz e Sepetiba, porque temos a passagem de toda uma população para o acesso a Angra dos Reis, e nós precisamos desenvolver não só a parte dos pólos gastronômicos que o Professor colocou aqui, mas também o ecomuseu de Santa Cruz, com relação ao turismo histórico. A presença da família real naquela região de Santa Cruz foi fundamental e nós precisamos desenvolver também o turismo histórico naquela região. Além disso, nós temos na Região Oeste um enorme potencial para o ecoturismo. Então, essa parte para o ecoturismo também precisa ser vista pelo nosso Plano Diretor.

Para encerrar, como nós temos um Plano Diretor Decenal, não podemos esquecer de algo que hoje está sob a guarda dos militares do Exército brasileiro, mas que certamente será discutido. As pessoas que têm os olhos voltados para o

turismo e todos nós desta cidade não podemos esquecer o imenso potencial que existe na Restinga de Marambaia, que poderia transformar-se em um grande diferencial turístico do Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo.

Muito obrigado. Era essa a contribuição que eu queria dar.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – A Presidência gostaria de registrar a presença do nobre Vereador Argemiro Pimentel e transferir a palavra para o próximo e, devido ao tempo, último orador da tarde, o nosso nobre Vereador Jorge Felipe.

O SR. VEREADOR JORGE FELIPPE – Boa-tarde a todos. Na verdade, serei breve, em face do decurso do tempo. Eu acompanhei com muita atenção as explicações do Subsecretário Municipal de Turismo, e observei, quando da exposição dos objetivos e diretrizes estabelecidas para o Plano de Turismo para o Estado do Rio de Janeiro, que algumas delas, que reputo importantes, não estão inseridas na proposta encaminhada pelo Poder Executivo, no Substitutivo nº 3. Sem ironia, preciso fazer uma indagação a V. Exa. O então Secretário de Urbanismo, Alfredo Sirkis, quando convidado a participar de um encontro da Comissão Revisora do Plano Diretor, denunciou com todas as letras que a Secretaria de Urbanismo não havia participado da elaboração da proposta encaminhada à Câmara de Vereadores, e que aquela proposta era de autoria da Procuradoria-Geral do Município.

Essa, parece-me que não. O Substitutivo nº 3 é de autoria do Poder Executivo, foi encaminhado para a Câmara nessas condições, mas eu preciso formular a V. Exa. a uma indagação: a Secretaria de Turismo participou da elaboração dessa proposta no que diz respeito às diretrizes e objetivos nela inseridos? Pergunta dois: acompanhei com muita atenção a exposição feita pelo representante da rede hoteleira, quando nos assegurou que a Cidade do Rio de Janeiro possui 27 mil quartos. Indago: a capacidade da rede hoteleira atende hoje a demanda? Se não atende, como imagino que não atenda, nessas condições, das diretrizes aqui inseridas no item quinto, rever a Legislação Urbanística, já existe algum estudo a respeito dessa questão, no que diz respeito à revisão urbanística, para atender essa necessidade da rede hoteleira, dada a importância do turismo para a nossa cidade? Agradeço pela oportunidade de fazer uso da palavra.

O SR. PAULO BASTOS – Muito rapidamente, em função do adiantado da hora. Particpei, sim, participamos, a equipe da Secretaria de Turismo, da discussão do Plano Diretor; aliás, eu particpei desse e de outro também, porque eu já sou velho na Prefeitura, e esse trabalho foi feito com a participação de uma equipe muito extensa da Secretaria de Urbanismo e de outras... Vários desses pedaços aí fui eu que escrevi, então eu me considero cúmplice, co-autor da proposta do Plano Diretor. Em relação à capacidade da rede hoteleira, eu diria o seguinte: que hoje nós temos uma quantidade, uma oferta hoteleira que é apertada na alta temporada, e folgada na maior parte do ano. Isso acontece em todos os destinos que têm um fluxo de ocupação que varia muito ao longo do ano. Por isso é que não têm surgido tantos novos investimentos na ampliação da capacidade: porque embora eles fiquem cheios, e certamente vão ficar cheios agora, nos Jogos Pan-Americanos, como ficaram no Carnaval, no Réveillon, em épocas específicas, mas a maior parte do ano a taxa de ocupação ainda não é tão grande que justifique economicamente investimentos adicionais de monta, de uma maneira geral. Agora, eu tenho certeza de que em algumas áreas da cidade, como a Barra da Tijuca, por exemplo, é necessário aumentar a oferta. O pessoal da Secretaria de Urbanismo está trabalhando em propostas legais, de nova Legislação, em relação a isso, e em discussão com o pessoal do setor. Espero que em pouco tempo a gente tenha alguma novidade em relação a pontos específicos, mas de uma maneira geral o mal que nos aflige no turismo do Rio de Janeiro não é a falta de oferta de leitos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (THÉO SILVA) – Para finalizar, eu agradeço a todos vocês, que tornaram possível a realização desta Audiência Pública. Agradeço ao Subsecretário Paulo Bastos, ao nosso Presidente da Riotur Luiz Felipe Bonília, ao nobre Vereador Carlo Caiado, ao Vereador Stepan Nercessian e a todos vocês. Que Deus abençoe a todos.

Está encerrada a Audiência.

(PALMAS)

(Encerra-se a Audiência Pública às 13h48)

# Turismo e o Plano Diretor Decenal

Política Urbana e Atividade Turística

Abril de 2007

## Preliminar

O foco da proposta está nos instrumentos de política urbana, que no caso são:

- de regulação urbanística (parcelamento; licenciamento)
- de gestão (concessões, desapropriações, outorga de direitos)
- tombamento e reconversão de imóveis com importância histórica e cultural
- Incentivos fiscais
- Obras públicas

Planejamento setorial também é importante: Plano Rio Mais  
Mas estão na Política Urbana importantes instrumentos de ação

## **O Plano Diretor concentra a atenção em Áreas de Especial Interesse Turístico**

“Aqueles em que o município deverá estabelecer normas e controles especiais visando a proteção e valorização de seu patrimônio turístico, por meio de investimentos, incentivos e regulamentação de usos”. (Art. 107, § 4º )

**Essa política já vem sendo implementada:**

### **Ação da Prefeitura em pólos multiplicadores, distribuídos por toda a Cidade**

- Construção de novos equipamentos de cultura, esporte, entretenimento ... e turismo!
- Concessão de equipamentos para investimento privado
- Favorecimento dos pequenos negócios no entorno
- Qualificação das pessoas para trabalhar melhor

## No Centro Histórico:

- Reconstrução e concessão do Circo Voador, na Lapa
- Revitalização da rua do Lavradio
- Reforma completa da Antiga Sé na rua Primeiro de Março
- Revitalização da Praça Tiradentes: teatros, centros culturais, hotéis
- Pólos Turísticos, Culturais e Gastronômicos: Novo Rio Antigo; Praça 15; Santa Teresa
- Integração no sistema de transportes: Metrô + Santa Teresa

## Na zona central:

- Construção da Cidade do Samba
- Construção e concessão do Centro de Convenções Rio Cidade Nova
- Revitalização da Marina da Glória
- Revitalização da área portuária: armazéns; nova estação de passageiros; AquaRio
- Integração no sistema de transportes: Metrô + Rodoviária



## Na zona sul:

- Concessão dos quiosques da orla oceânica
- Revitalização do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas
- Pólos Culturais e Gastronômicos: Leblon; Praça General Osório, Quadrilátero do Charme de Ipanema; Botafogo
- Revitalização do Jardim de Alah
- Dinamização da rede municipal de teatros e centros culturais
- Integração no sistema de transportes: Metrô + Leblon, Gávea

## Na zona norte:

- Construção do Estádio Olímpico João Havelange no Engenho de Dentro
- Revitalização do Aeroporto Internacional Tom Jobim, a partir da melhor redistribuição dos vôos entre os aeroportos
- Pólos Culturais e Gastronômicos: Tijuca
- Construção do Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga (Feira de São Cristóvão)
- Construção do Centro Coreográfico
- Integração no sistema de transportes: Metrô + Grajaú, Del Castilho, Fundão

## Na área da Barra e Jacarepaguá:

- Concessão e modernização do Riocentro
- Construção da Arena Olímpica Multi-Usos
- Construção do Parque Aquático Maria Lenk
- Construção da Cidade da Música Roberto Marinho
- Urbanização de toda a orla oceânica da Barra e Recreio
- Integração no sistema de transportes: novo corredor expresso Penha-Barra

## Na zona oeste:

- Construção da Cidade das Crianças
- Implantação do Planetário da Zona Oeste
- Construção do Parque de Vizinhança
- Revitalização do Centro Esportivo Miécimo da Silva
- Implantação do Parque Municipal do Mendanha, com infraestrutura para eco-turismo
- Urbanização da orla de Sepetiba e Guaratiba
- Facilidade de acesso com a duplicação da Avenida Brasil

## Em toda a cidade:

- Os grandes festivais do Carnaval e do Réveillon: milhões de visitantes todos os anos
- Promover eventos que mantenham o Rio na rede de cidades globais
- Qualificar os profissionais do turismo – “Rio Hospitaleiro”
- Promover o empreendedorismo: iniciativa de jovens empresários para criar novos produtos turísticos
- Inclusão social através do turismo: educação de jovens e adultos; trilha jovem; pessoas com deficiência

## Junto aos mercados emissores:

- Captação de feiras, congressos e convenções
- Promoção do destino turístico “Rio” no Brasil e no exterior
- Encontros de negócios envolvendo empresários do setor turístico
- Trabalho junto às empresas transportadoras e autoridades brasileiras para ampliar o número de vôos para o Rio de Janeiro

## Em resumo, os objetivos e diretrizes da política de turismo são: (Arts 192 e 193)

- Somar esforços com setor privado e promover a atividade turística, abrindo novas oportunidades
- Monitorar, proteger e valorizar o patrimônio turístico da cidade, administrando a conversão de usos dos imóveis sem impacto de vizinhança
- Compatibilizar a atividade turística com a proteção ao meio ambiente: projetos de eco-turismo com a SMAC, apoiados no plano de manejo de cada parque
- Apoiar a expansão e diversificação do parque hoteleiro

## Objetivos e diretrizes da política de turismo: (cont.)

- Qualificar e expandir a infra-estrutura turística: treinamento do pessoal de transporte; linhas de integração metrô-ônibus
- Qualificar e valorizar a força de trabalho do turismo: programa de qualificação Rio Hospitaleiro; programa de certificação
- Revitalizar o Porto do Rio: construção da Cidade do Samba; vila olímpica da Gambôa; nova estação de passageiros de navio; construção do Aquário Marinho do Rio de Janeiro – AquaRio
- Incentivar atividades compatíveis com a proteção do patrimônio cultural e paisagístico das áreas turísticas: eco-turismo; roteiros de visitação a pé no Centro Histórico

**A Secretaria Especial de Turismo  
agradece as críticas e sugestões:**

**setur@rio.rj.gov.br**

## MENSAGENS DE CONGRATULAÇÕES

Exmo. Sr. Vereador THÉO SILVA

Agradeço o convite recebido para a Audiência Pública da Comissão Permanente de Turismo. Infelizmente, compromissos assumidos anteriormente me impedirão de estar presente. Desejando sucesso na discussão do relevante tema, aproveito o ensejo para externar meus sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Vereador CLÁUDIO CAVALCANTI

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2007.

Exmo. Sr. Vereador  
THÉO SILVA

Senhor Vereador,

Por compromissos assumidos anteriormente, não poderemos comparecer a Audiência Pública desta terça-feira dia 10 de abril. No entanto salientamos que nossa entidade Abeoc – Associação Brasileira de Empresas de Eventos do Rio de Janeiro, está à disposição de V. Exa. para contatos sobre o Setor de Turismo de Eventos na Cidade do Rio de Janeiro.

Cordialmente,

CONSTANÇA FERREIRA DE CARVALHO  
Presidente Abeoc-RJ

Exmo. Sr.  
Vereador THÉO SILVA

Agradeço o convite para participar da Audiência Pública cujo tema “O Turismo e suas ações pertinentes ao Plano Diretor”, aproveito o ensejo para cumprimentar o nobre Vereador Théo Silva pela brilhante iniciativa, desejando pleno êxito em importante evento.

**Rio de Janeiro, 10 de  
abril de 2007**

Vereador CHIQUINHO BRAZÃO

#### RELAÇÃO DOS PRESENTES

Jonathan Van Spcier (University of Southern California); Paulo Bastos (Secretaria de Turismo); Angela Vivaqua (Assoc. Brasileira da Indústria Hoteleira); Bruno Matos (Riotur/Sec.Turismo); Bruno Seligmann (Riotur); Luiz Strauss (Pres. Abav-RJ – Assoc. Bras. Agenc. Viagens); Luiz Filipe (Riotur); José Carlos Sá (Vice-Presidente Riotur); Valdeci de Castro; Luiz Gustavo de O. Barreto (Sec. Mun. Transportes); Gloria Maria de Britto Pereira (Dir. Marketing Riotur); Nilce Moreira de Azevedo (Amast); Ronaldo David Chiarelli (Faculdade Integrada Helio Alonso – Facha – Turismólogo); Ana Amelia Tavares (Bacharel em Turismo); Ten. Plinio (Rep. Cel. Luiggi – Comandante BPTur); Maria Neurian Pinheiro Monteiro (Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes); Alan da Cruz Souza (Facha); Anderson de Araujo da Silva (Facha); Rodrigo Ribas (Fecomércio-RJ); Marco Antonelli (Parque Nacional Tijuca-RJ); Paulo Faustino (Riotur – Ass. de Com. Social); Heloisa Fernanda (Turismóloga – Bacharel de Turismo – Faculdade Helio Alonso); Aspirante Raquel Ventura (Rep. Cel. Luiggi – Comandante BPTur); Ricardo Rielo (Advogado do Sind. Rio Sind. de Hotéis, Bares e Restaurantes); Luiz Kutwak (Amop – Ass. de Moradores do Recreio); Taciano Dias (Faculdade Helio Alonso); Alexandre Sampaio de Abreu (Pres. da SindRio); Cecilia Castro (IPP – Instituto Pereira Passos); Bruno Mattos (Diretor de Operações da Riotur); Antonio Augusto de Andrade Magalde (Univ. Veiga de Almeida – Pró-Reitor Comunitário); Prof. José Artur de Oliveira (Ciezo); Regina Célia Cardoso Silva (Acap – Ass. dos Concessionários Aeroportuários); José Carlos Sá (Vice-Presidente Riotur); Luiz Gustavo de O. Barreto (Rep. Sec. Mun. Transportes – Sr. Arolde de Oliveira).